

Norbert Elias

# Os Alemães

*A luta pelo poder e a evolução  
do habitus nos séculos XIX e XX*

Editado por  
MICHAEL SCHRÖTER

Tradução:  
ÁLVARO CABRAL

Revisão técnica:  
ANDREA DAHER  
*Doutora em história pela  
École des Hautes Études en Sciences Sociales  
Professora do Depto. de História, IFCS/UF RJ*

SBD-FFLCH-USP



3 9 5 6 3 2

  
**ZAHAR**  
Rio de Janeiro

estrutural do sistema nessa fase de transição. Mesmo nos mais avançados países industriais, o poder das classes médias industriais era, no máximo, apenas o bastante para possibilitar-lhes ascenderem a posições de comando em sua sociedade como aliados dos antigos grupos dominantes. A "cultura" destes últimos, consagrada pelo tempo, deu às pessoas que cresceram nela, ou que por ela foram assimiladas, uma clara superioridade na arte de governar tradicional, a qual, apesar de todas as suas deficiências e bloqueios inerentes, ainda dominava os pontos de vista e as atitudes da maioria dos estadistas mais eminentes. Isso valia, sobretudo, para as relações entre Estados, as quais só marginalmente haviam contribuído para as experiências da classe média e, por conseguinte, para a formação de suas tradições. Na Grã-Bretanha, a peculiar mistura, em Gladstone, de absoluta e inabalável integridade, em princípio, com oportunismo, conveniência e acomodamento, na prática, indica os problemas que homens da classe média tinham de enfrentar quando ascendiam a uma posição de poder. Essa divisão não era simplesmente a expressão de uma disposição pessoal ímpar mas, antes, mostrava de uma forma individual os problemas resultantes do encontro das culturas de dois diferentes estratos sociais e, sobretudo, de dois diferentes, e em muitos aspectos contraditórios, códigos de normas, que se tinham desenvolvido em ligação com tipos muito diferentes de experiências sociais.

Talvez se possa ver o problema em melhor perspectiva se recordarmos, a título de conclusão, o que um outro anglicano, alguém que desenvolveu simpatias não-conformistas, escreveu sobre Maquiavel numa época anterior, quando as classes médias urbanas ainda eram geralmente excluídas de posições de liderança no Estado e não estavam expostas à tentação de macular a pureza de sua crença através de mútuas concessões. Eis algumas das palavras com que John Wesley denunciou Maquiavel, provavelmente não sem referência à possibilidade de que os negócios de seu próprio país pudessem ser conduzidos de acordo com prescrições maquiavélicas:

... ponderei os sentimentos que eram menos comuns, transcrevi as passagens onde eles estavam contidos; comparei passagens e esforcei-me por formar um juízo frio e imparcial. E minha opinião fria é que, se todas as outras doutrinas diabólicas que foram postas por escrito desde que as letras vieram ao mundo fossem reunidas num só volume, nem mesmo assim chegariam a fazer-lhe sombra; e que se um Príncipe tivesse sua formação por esse livro que tão calmamente recomenda a hipocrisia, a traição, a mentira, o roubo, a opressão, o adultério, a prostituição e o assassinato de todos os tipos, Domiciano ou Nero seriam anjos de luz comparados com esse homem.<sup>15</sup>

A aproximação e tentativa de reconciliação entre o código de normas morais da classe média e sua contrapartida maquiavélico-dinástica não foi coisa fácil. Não é surpreendente que, à semelhança da ascensão ao poder das classes médias industriais em geral, assumisse a forma de um processo gradual, mesmo se os pertinazes conflitos e tensões sociais que lhe estavam associados eclodissem durante uma fase específica, e em vários lugares, em lutas violentas e revolucionárias.<sup>16</sup>

### III

## *Civilização e Violência*

### Sobre o monopólio estatal da violência física e sua transgressão

A civilização a que me refiro nunca está completa, e está sempre ameaçada. Corre perigo porque a salvaguarda dos padrões mais civilizados de comportamento e sentimento em sociedade depende de condições específicas. Uma destas é o exercício de autodisciplina, relativamente estável, por cada pessoa. Isto, por sua vez, está vinculado a estruturas sociais específicas. Estas incluem o fornecimento de bens — ou seja, a manutenção do habitual padrão de vida. Incluem também, sobretudo, a resolução pacífica de conflitos intra-estatais — isto é, a pacificação social. Mas a pacificação interna de uma sociedade também está sempre correndo perigo. Ela é ameaçada por conflitos tanto sociais quanto pessoais, que são atributos normais da vida em comunidade humana — os próprios conflitos que as instituições pacificadoras estão interessadas em dominar. É com esse aspecto de um processo civilizador, com a tensão entre pacificação e violência, que este ensaio se preocupa. Trata desses conflitos com referência especial a problemas específicos alemães.<sup>1</sup>

Quando se empenham em examinar o problema da violência física na vida social de seres humanos, as pessoas fazem freqüentemente o tipo de perguntas errado.<sup>2</sup> É costume perguntar-se como é possível que pessoas vivendo numa sociedade podem agredir fisicamente ou matar outras — como podem, por exemplo, tornar-se terroristas? Ajustar-se-ia melhor aos fatos e seria, assim, mais proveitoso, se a pergunta fosse formulada de modo diferente. Deveria, antes, ser redigida em termos como estes: Como é possível que tantas pessoas consigam viver normalmente juntas em paz, sem medo de ser atacadas ou mortas por pessoas mais fortes do que elas, como é hoje em dia o caso, em grande parte, nas grandes sociedades-Estados da Europa, América, China ou Rússia? É por demais fácil esquecer hoje o fato de que jamais, em todo o desenvolvimento da humanidade, tantos milhões de pessoas viveram, como hoje, relativamente em paz umas com as outras, com as agressões físicas geralmente eliminadas, como se observa nos grandes Estados e cidades do nosso tempo. Talvez este fato se evidencie primeiro quando nos apercebemos de quão mais elevado era o nível de violência nas relações entre pessoas em épocas pregressas do desenvolvimento humano.

É, certamente, a atitude primária de quando entram em conflito, as pessoas ficam encolerizadas com outras ou se detestarem, dizerem impropérios, atacarem-se e agredirem-se mutuamente, e em algumas circunstâncias podem até cometer homicídio. Esse é exatamente o problema que tenho em mente, uma vez que tudo isso — cólera, ódio, inimizade, rivalidade — ainda está conosco, mas os ataques físicos, e até o homicídio, retrocederam, comparativamente falando, para segundo plano. Como se pode ver, o meu enfoque é diferente. É uma questão de despertar de novo o sentimento das pessoas para um fato que é surpreendente e ímpar: o grau relativamente elevado de não-violência que é característico das organizações sociais atuais. Só desse ponto de vista pode ser realmente explicado e entendido por que certas pessoas não se submetem ao código de civilização do nosso tempo.

A questão de como ocorreu tal pacificação não é — pelo menos à primeira vista — difícil de responder. A criação de espaços sociais duradouramente pacificados está ligada à organização da vida social na forma de Estados. Um aspecto desse problema foi examinado pela primeira vez por Max Weber. Sublinhou ele que os Estados são caracterizados pelas pessoas que são seus governantes e que, em qualquer época dada, reivindicam para si mesmas o monopólio da força física. Isso significa que vivemos numa forma de organização social onde os governantes têm à sua disposição grupos de especialistas que estão autorizados a usar a força física em emergências e também a impedir outros cidadãos de fazerem o mesmo.<sup>3</sup> Essa monopolização da força pode ser descrita como uma invenção sócio-técnica da espécie humana.<sup>4</sup> Existem invenções, não só no nível natural, mas também no social. Entretanto, as últimas raramente são concebidas por uma única pessoa, sendo, em sua maioria, desenvolvidas como realizações coletivas não-planejadas. A monopolização da força física é uma dessas invenções sociais não-planejadas; surgiu gradualmente no transcurso de centenas de anos como parte de um processo social a longo prazo, até que atingiu o nível de hoje. E não é esta, definitivamente, a última etapa. Seria muito irrealista afirmar que o monopólio intra-estatal de força funciona de um modo inteiramente livre de problemas. As pessoas terão de continuar se debruçando sobre eles, e a formação de conceitos sociológicos pode contribuir um pouco, ajudando-as a fazê-lo com maior consciência.

Tais monopólios de força física, que hoje em dia são usualmente controlados e dirigidos por governos estatais, e representados pelas forças armadas e a polícia como órgãos executivos são, como tantas invenções humanas, realizações que assinalam dois caminhos opostos — como a cabeça de Jano. Tal como a descoberta do fogo permitiu que o alimento fosse cozido, assim como a destruição de cabanas e casas pelas chamas; tal como a invenção da metalurgia acarretou grande progresso na agricultura e na guerra; tal como a energia atômica pôde ter um uso pacífico como fonte energética e ser uma arma terrível, também as invenções sociais são bifrontes. O aparecimento de monopólios da força física constitui um exemplo. Sou obrigado a deixar de lado aqui esse aspecto do problema. Mas um ponto fica desde já claro: uma propriedade desse monopólio estatal da força física é que ele pode servir às pessoas como uma perigosa arma. Dos faraós às ditaduras do presente, o controle sobre o monopólio da força tem sido usado por pequenos grupos

estabelecidos como decisiva fonte de poder para garantir seus próprios interesses. Entretanto, para aqueles que o controlam, essa não é a única função do monopólio estatal da força. Desempenha também uma função importante para populações reunidas na forma de Estados. Esse controle tem sido, até agora, uma condição essencial da pacificação interna de maiores unidades sociais, em especial da pacífica vida comunitária das maiores massas populacionais nos Estados industriais mais desenvolvidos — uma condição que, por sua vez, está intimamente ligada ao monopólio da tributação, uma vez que, sem tributação, não pode haver portadores de armas, as forças armadas ou a polícia, e sem forças armadas e polícia, nada de impostos.

O ponto crucial é o equilíbrio entre as duas funções do monopólio da violência: entre a função para os seus controladores, e a função (ou funções) para toda a população de um Estado, por exemplo, no que se refere à pacificação interna. Outrora, o equilíbrio de poderes a esse respeito estava tão irregularmente distribuído, que os controladores — quase se poderia dizer, os donos — do monopólio da força estavam numa posição em que, ao exercê-lo, nada os impedia de colocar irrestritamente a sua função em benefício próprio, acima da sua função em prol de seus súditos. Conta-se que Luís XIV teria dito: "*L'état c'est moi.*" Ele sentia-se, de fato, o dono do Estado. Desde então, em alguns países, o equilíbrio de poderes tem pendido algo mais em favor da outra função — a função em prol da sociedade-Estado em seu todo. No mais alto nível atingido até agora, os comandantes e controladores do monopólio da violência estão eles próprios sob o controle de outros representantes da sociedade em questão. Estes últimos mantêm-se vigilantes para observar se os primeiros não usam os meios de violência sob seu comando apenas em defesa de seus próprios interesses pessoais, ou apenas no interesse de determinados estratos da população organizada como um Estado.

A pacificação das pessoas como indivíduos, o fato de que, em conflitos, só muito raramente cogitamos atacar um adversário e começar uma briga, por muito zangados que estejamos, depõe a favor de uma profundamente arraigada transformação civilizadora da estrutura inteira da personalidade. Os bebês, sem levar em conta a sociedade a que pertencem, defendem-se espontaneamente com mãos e pés. Crianças brigam e agredem-se mútua e freqüentemente com gosto. Que o tabu contra atos violentos esteja tão profundamente inculcado nos jovens das sociedades-Estados mais desenvolvidas tem muito a ver com a crescente eficácia do monopólio estatal da força. Com o decorrer do tempo, as estruturas da personalidade dos indivíduos acabaram ficando orientadas para isso. Eles desenvolveram uma certa relutância ou mesmo profunda aversão, um tipo de repugnância, em relação ao uso de violência física. O desenvolvimento desse processo pode ser acompanhado. Em épocas anteriores, que se estenderam até ao século XIX, era ainda aceito com naturalidade em muitos estratos sociais que os homens espancassem mulheres a fim de impor-lhes sua vontade. Hoje em dia, o preceito de que em nenhuma circunstância devem os homens agredir mulheres — nem a outros homens, quando estes são mais fracos — de que nem mesmo crianças devem ser agredidas, está muito mais profundamente enraizado nos sentimentos dos indivi-

duos do que jamais esteve em séculos anteriores. A pacificação do Estado, a coação imposta por outros, foi transformada em autocoação. Somente quando a pessoa se torna consciente desse importante refreamento auto-ativado dos violentos impulsos espontâneos, em sociedades-Estados relativamente civilizados, é que o problema dos atos deliberados e premeditados de violência é trazido à luz adequada.

Nos Estados existem, pois, grupos violentos legais e ilegais. A situação é ainda mais complicada pelo fato de não existir monopólio da força no nível internacional. Nesse nível, estamos basicamente vivendo ainda tal qual os nossos antepassados do chamado período de "barbarismo". Assim como, outrora, cada tribo era um constante perigo para as outras tribos, também hoje em dia, cada Estado representa um perigo constante para os outros Estados. Seus representantes e membros devem estar sempre prevenidos e contar constantemente com a possibilidade de serem atacados por um Estado mais forte, de ficarem dependentes dele ou até colocados sob seu domínio. Um mecanismo de ameaça e medo recíprocos — chamo a isso um processo de dupla ligação — impele os Estados a tornarem-se mais fortes e mais poderosos do que outros, a fim de não serem por eles suplantados.<sup>5</sup> Em particular, é um estado de coisas normal nas relações interestatais que os Estados mais fortes, em qualquer época dada, se envolvam mutuamente em lutas hegemônicas — em parte apenas porque vivem no medo constante uns dos outros. Nesse nível, nenhuma potência dominante coíbe, em qualquer dos participantes, a prática de atos de violência quando se julgam mais fortes e vêem que podem tirar vantagens disso. Em tempos idos, essa era a moeda corrente por toda a parte, com frequência até mesmo dentro dos próprios Estados. O vizinho mais forte tinha de ser temido. O fisicamente mais forte podia usar sua força para ameaçar, extorquir, roubar e escravizar outros povos.

Em contraste, a pacificação e a civilização de populações dentro de Estados é comparativamente avançada. Uma conseqüência é que, a esse respeito, uma curiosa divisão atravessa, de ponta à ponta, a nossa civilização — a nossa civilização entendida agora como sendo a da humanidade como um todo. Nos negócios intra-estatais, a violência entre pessoas é tabu e, quando possível, punida; nas relações interestatais, vale um outro código. Todo o Estado de grandes dimensões está em constante preparação para a violência com outros Estados, e quando tal violência é deflagrada, aqueles que a cometem são extremamente apreciados e, em muitos casos, louvados e recompensados. Se aceitarmos a redução dos perigos físicos que as pessoas representam umas para as outras como um dos critérios decisivos no ordenamento seqüencial dos estágios da civilização, ou seja, a extensão da ameaça recíproca ou, inversamente, da pacificação, então pode-se dizer que nas relações intra-Estado as pessoas atingiram um nível de civilização superior ao das relações entre Estados. No caso dos Estados industriais mais desenvolvidos, os quais estão, com frequência, efetivamente pacificados no plano interno, o gradiente entre pacificação intra-Estado e a ameaça entre Estados é especialmente acentuado na maioria das vezes. Nas relações interestatais, as pessoas não se consideram hoje num nível inferior do processo civilizador porque sejam naturalmente más ou porque tenham pulsões agressivas inatas mas, antes, porque se formaram ins-

tituições sociais específicas que podem, de um modo mais ou menos eficaz, impor restrições a todo e qualquer ato de violência autorizado pelo Estado nas relações dentro do Estado, ao passo que tais instituições são totalmente inexistentes nas relações entre Estados. Assim, todos os grandes Estados e muitos menores mantêm especialistas em violência, em condições de constante prontidão, para que possam entrar em ação no caso de uma ameaça de invasão violenta por um outro Estado, ou, alternativamente, se o próprio Estado deles ameça um outro.<sup>6</sup>

Num nível interestatal, a formação de um monopólio de violência física e, assim, também o processo de formação do Estado, continuam sendo muito rudimentares — por razões e com conseqüências que não preciso detalhar aqui. O desenvolvimento de tal monopólio num nível intra-estatal certamente progrediu ainda mais, embora não numa escala idêntica por toda a parte. Mesmo onde é comparativamente eficaz, continua sendo vulnerável. Nas situações de crise da sociedade, os especialistas em violência autorizados pelo Estado — os representantes do monopólio estatal da força — podem acabar envolvidos numa luta violenta com grupos não autorizados pelo Estado. No que se segue, serão examinados dois casos da história alemã recente.

## 2

Seria, penso eu, uma bela tarefa escrever a "biografia" de uma sociedade-Estado, por exemplo, a Alemanha. Pois, assim como no desenvolvimento de uma pessoa individual, as experiências de períodos anteriores de sua vida continuam tendo um efeito no presente, também as experiências passadas influem no desenvolvimento de uma nação. O sentimento de que o império alemão foi, por largo tempo, um Estado fraco e ocupou uma posição relativamente baixa na hierarquia dos Estados europeus ainda prevalece no desenvolvimento da Alemanha. O amor-próprio das pessoas envolvidas sofreu em conseqüência disso; elas sentiram-se humilhadas. Pode-se ler em muitos depoimentos provenientes da Alemanha, nos séculos XVII e XVIII, com que frequência as pessoas sentiram e experimentaram, em seus próprios corpos, como a Alemanha era fraca, por exemplo, em relação à França, Grã-Bretanha, Suécia ou Rússia, porque estava fragmentada.

Numa biografia da Alemanha seria imprescindível descrever como esse sentimento de fraqueza e de inferioridade de poder se converteu de súbito no seu oposto, quando o outrora escassamente integrado Estado veio, ainda que tardiamente, a unificar-se no contexto de uma guerra vitoriosa. No lugar dos sentimentos de inferioridade nacional, cujas raízes eram, com frequência, muito profundas, surgiam agora os sentimentos fortemente enfatizados de grandeza e poderio nacionais. O caminho para o status de grande potência estava aberto para a Alemanha unificada e, como é usualmente o caso nas lutas de poder e prestígio entre Estados, a determinação de lutar pela supremacia decorreu muito rapidamente disso. O pêndulo foi do extremo de humilhação para o extremo de exultação e, assim, um número crescente de membros dos estratos dirigentes da Alemanha sentiu que seu país tinha de estar preparado para a luta pela hegemonia na Europa,

senão no mundo. Tal como em outros casos, também neste, um grupo previamente humilhado e oprimido transformou-se, com uma mudança em sua situação, num grupo arrogante e repressivo, ou, para usar a linguagem contemporânea, numa nação de senhores (*Herrenvolk*). É como a etapa de integração nacional nos territórios alemães e a correspondente ascensão da Alemanha à categoria das grandes potências européias ocorreu tão tarde, a população estava com pressa. Os representantes da Alemanha tinham de adquirir o mais rapidamente possível todos os apetrechos de uma grande potência — tudo o que era necessário na luta competitiva entre os Estados, especialmente colônias e uma marinha.

Não se pode entender completamente o desenvolvimento da Alemanha, nem a atitude atual quanto ao uso da força dentro da República Federal, sem ter em mente essa linha de desenvolvimento da posição da Alemanha no contexto interestatal e, correspondentemente, nas hierarquias de poder e status dos Estados. É impossível, neste caso, separar as linhas de desenvolvimento inter- e intra-estatais; de um ponto de vista sociológico, as estruturas intra-estatais e interestatais são inseparáveis, muito embora a tradição sociológica tenha envolvido até agora uma concentração, principalmente, e muitas vezes exclusivamente, nas primeiras. O desenvolvimento da Alemanha mostra, com particular clareza, como os processos entre e dentro do Estados estão indissolivelmente interligados.

A ascensão da Alemanha, depois de 1871, à categoria de grande potência européia — ao perigoso círculo mágico dos Estados lutando pela hegemonia — teve grande significação para a política interna. A unificação da Alemanha tinha sido obtida através de vitórias militares sobre Estados rivais. A liderança nessas lutas estava nas mãos da nobreza. Em comparação com esta, a burguesia alemã desempenhava um papel político secundário. As pessoas de classe burguesa estavam, em sua esmagadora maioria, excluídas das mais altas posições de comando nos Estados alemães. As grandes decisões políticas e militares ainda eram tomadas nas cortes principescas. Na Prússia, especialmente, com raras exceções, todas as posições-chaves eram reservadas aos aristocratas. É verdade que muitas pessoas da classe burguesa não tinham ficado satisfeitas com seu papel marginal e haviam lutado, de uma forma ou de outra, contra a supremacia das cortes e da aristocracia. Era um sinal, acima de tudo, do fracasso dessa luta, que o sonho da burguesia de uma Alemanha unificada tivesse sido concretizado através dos esforços dos estratos mais poderosos e de mais elevado status — através dos feitos de um príncipe e de seus ministros e generais nobres — na base de uma guerra vitoriosa.

A vitória nacional sob a liderança de uma aristocracia de corte e militar significou, ao mesmo tempo, uma derrota social da burguesia alemã na luta interna contra a supremacia da nobreza e teve conseqüências da maior importância para as atitudes políticas e sociais da classe média alemã. Muitos, embora certamente não todos os membros da burguesia urbana alemã, renunciaram agora à luta interna contra a hegemonia da nobreza. Aceitaram sua posição como estrato social de segunda ordem. O aumento de auto-estima que experimentavam como alemães, como membros de um novo *Kaiserreich*, compensava a relativa degradação que sentiam por ter que aceitar essa posição secundária, abaixo da aristocracia em poder e status.

Em conjunto com essa auto-aquiescência, ocorreu uma notável mudança nas atitudes e códigos de comportamento de substanciais segmentos da alta burguesia alemã, o que é significativo para todo teórico da civilização. O componente idealista da tradição cultural burguesa alemã, que ainda era dominante no final do século XVIII, e que freqüentemente andou de mãos dadas com uma atitude anticortesã e antiaristocrática, começou declinando. Pelo menos, só continuou predominando em círculos limitados. Em seu lugar, ocorreu em outros segmentos da burguesia, sobretudo no alto funcionalismo civil e em todo o mundo acadêmico, a adoção de valores aristocráticos, a saber, os valores de uma classe com uma forte tradição guerreira e que estava orientada para a política das relações internacionais. Por outras palavras, setores da classe média alemã foram absorvidos pelos estratos superiores da sociedade e adotaram destes o *ethos* guerreiro.

Mas, ao ser adotado, esse código aristocrático foi transformado. Em poucas palavras, tornou-se “aburguesado”. Nos círculos aristocráticos, os valores militares, consubstanciados em símbolos conceituais como coragem, obediência, honra e disciplina, responsabilidade e lealdade, faziam usualmente parte de uma longa tradição familiar.<sup>7</sup> De acordo com a sua diferente situação social, os círculos de classe média só adotaram o código aristocrático numa certa versão. Assim, sua função por uma mudança específica da classe perdeu o caráter de um padrão de comportamento vinculado à tradição e, concomitantemente, pouco refletido, e passou a exprimir-se numa doutrina explicitamente formulada e fortalecida pela reflexão. O que era para a aristocracia uma tradição mais ou menos incontestada — uma alta avaliação predominantemente ingênua de valores guerreiros, um entendimento socialmente herdado do significado de potenciais de poder no jogo interestatal de forças — era agora cultivado de um modo muito mais consciente pelos setores superiores da burguesia como algo recém-adquirido. Raras vezes se dissera e escrevera antes, tanto quanto agora, em louvor do poder, até mesmo de um tipo violento de poder.

Uma vez que os anseios de unificação tinham sido realizados através de guerras vitoriosas sob a liderança militar da aristocracia, foi aduzida a conclusão de que guerra e violência também eram bons e esplêndidos instrumentos políticos.<sup>8</sup> Não todas, mas certamente seções muito importantes da burguesia alemã converteram essa linha de pensamento no núcleo de sua ideologia. Enquanto que, para muitos nobres, a guerra e as intrigas diplomáticas eram um ofício costumeiro, uma especialidade em que eles eram peritos, entre aqueles setores da pacífica burguesia que haviam assimilado o código guerreiro podia ser observada uma romantização do poder, uma literatura em que o poder ganho pela força apresentava-se sob formas embelezadas, como um valor altamente apreciado. Nietzsche, que participou por algum tempo na guerra de 1871, entre a Alemanha e a França, como enfermeiro voluntário, deu forma filosófica a essa ideologia da burguesia guilhermina, quase certamente sem ter consciência disso, em seu livro *Vontade de potência*. (Ver o apêndice I a esta parte, p.187-9). Quando se leva em consideração os livros dessa época, sobretudo os romances do período guilhermino, quando se leva em consideração a prática do duelo por estudantes burgueses de acordo com

os códigos unificadores de honra das associações estudantis primordialmente burguesas ou aristocráticas, ou ainda quando se considera o status especial dos oficiais de reserva de classe média ou dos conselheiros privados de origem burguesa em uniforme da corte, então pode-se facilmente reconhecer o processo de incorporação das classes médias altas na aristocracia e na corte. Ao mesmo tempo, enxerga-se o peculiar paradoxo representado pela estrutura social e psicológica de vastos círculos da burguesia oficial e acadêmica dessa época. Em seus esforços para assimilar os valores bélicos e freqüentemente maquiavélicos da nobreza mais poderosa, apesar de sua própria tradição cultural e profissional, predominantemente pacífica, e menos militarista, um desejo oculto é refletido por essas pessoas de extração burguesa, um desejo de ser algo que nunca poderão vir a ser, pelo menos em uma única geração, a saber, aristocratas.

Um exemplo pode ajudar um pouco a elucidar essa pronunciada afirmação de violência. Em 1912, um popular escritor burguês, Walter Bloem, publicou um romance intitulado *Volk wider Volk (Nação contra nação)*, no qual volta a descrever, uma vez mais, aos seus leitores a maravilhosa experiência da guerra vitoriosa de 1870-77. Cito dele um episódio, o recontro de tropas alemãs com franco-atiradores franceses:

Os franco-atiradores correram para pôr suas vidas a salvo. (...) Um deles tropeçou (...) um segundo mais tarde, a bala de George não o atingiu por um triz — uma baionetada encontrou o braço estendido atrás do qual se protegiam, meio escondidos, uns olhos arregalados, cheios de pânico e de medo da morte... era uma mulher.

Agora, todos os três amarrados juntos, a moça e os dois camponeses. Depois, continuaram num trote apressado. Se queriam evitar serem mortos, os prisioneiros tinham de correr até ficarem de língua de fora. (...) Os lanceiros não os pouparam de murros, pontapés, golpes na nuca com as hastes das lanças (...) até a mulher recebeu o seu quinhão de pancadas. (...) Eles tinham esquecido há muito a distinção entre seres humanos e gado. (...) Um prisioneiro inimigo não passava de uma besta selvagem e maligna.<sup>9</sup>

Sentimentos como esses são espontâneos, e as ações correspondentes são certamente rotineiras no tumulto da guerra. O que pode ser considerado característico da situação da burguesia alemã, em 1912, é o fato de que esse tipo de brutalidade, sob uma nova luz, é apresentado expressamente como sinal de um código de comportamento aceito e digno de louvor.

Quando se lê tal testemunho, e eles são abundantes, percebe-se num instante que uma transformação radical nas atitudes de vastos setores da burguesia tinha ocorrido desde o "Eu vos abraço, ó milhões!", de Schiller, e desde os tempos dos grandes idealistas clássicos alemães, cujos livros tiveram considerável ressonância na burguesia alemã educada, como modelos de pensamento e de leitura. A identificação mútua dos seres humanos, que foi talvez um tanto exagerada pelo idealismo dos autores clássicos, seria enfaticamente negada nesses mais recentes grupos, em favor de uma identificação exclusivamente nacional. Na guerra, as pessoas comuns do lado inimigo não precisavam mais ser tratadas como seres humanos. Essas pessoas não são mais do que "bestas selvagens e malignas". O popular autor esperava, obviamente, que seus leitores compartilhassem e justificassem essa atitude.

## 3

Muitos jovens alemães foram para os campos de batalha em 1914 com a idéia de que a guerra era algo maravilhoso, grandioso, um inenarrável momento de glória. Estavam impregnados de um sentimento de vitória certa,<sup>10</sup> no qual se refletia a força de seus sonhos sobre a futura Grande Alemanha.

"Viva!", escreveu para casa um estudante de direito, que seria fatalmente ferido um mês e meio depois no Marne, "recebi finalmente as minhas ordens para me apresentar na frente de batalha... Venceremos! Com tão poderosa determinação de sermos vitoriosos, absolutamente nenhuma outra alternativa é possível. Meus queridos, orgulhai-vos de viver nestes dias e de pertencer a um tal povo, e também para que possam enviar mais de vossos entes amados a participar desta soberba luta!"<sup>11</sup>

Na realidade, a guerra foi terrível, um pavoroso morticínio. O processo militar não planejado contrariou os planos preconcebidos dos generais. Os chefes militares de ambos os lados tinham planejado uma vigorosa guerra ofensiva, a qual seria tão breve quanto possível. Os generais franceses, vencedores de ontem, apostavam numa ofensiva *à l'outrance* (até a vitória total), com batalhas *aux allures dechainées* (de modo desenfreado), os alemães seguiram o plano Schlieffen modificado, que previu um golpe decisivo contra o inimigo francês graças à invasão inesperada da Bélgica, e daí para a França, de modo que as tropas alemãs estariam livres para a guerra na frente leste. As ofensivas planejadas de ambos os lados anularam-se mutuamente. Após pesadas perdas, redundaram numa cinzenta guerra de trincheiras. Isso tinha sido previsto por um punhado de observadores que, à margem do conflito, haviam reconhecido que os progressos na tecnologia dos armamentos dessa época favoreciam a defensiva em face da ofensiva. H.G. Wells, e outros, tinham vaticinado o advento da guerra de atrito (*Stellungskrieg*).

Quando os Estados Unidos, que temiam, tal como a Grã-Bretanha, um continente dominado pela Alemanha, entraram na guerra, as probabilidades de vitória da Alemanha desapareceram redonda e completamente. O inconcebível tornou-se um fato. A Alemanha exauriu sua energia e foi derrotada. O Kaiser e os príncipes perderam seus tronos. As cortes, centros da "boa sociedade" da Alemanha, desapareceram. A própria "boa sociedade", a sociedade daqueles com direito a dar e a exigir satisfação, desde a alta nobreza até aos membros das confrarias nacionalistas burguesas (*Burschenschaften*), desde o marechal-de-campo até ao oficial da reserva de origem burguesa, unidos por um código de honra obrigatório para todos e que os colocava acima dos não-membros, essa sociedade foi, à semelhança de um *sprinter* que, no auge de sua velocidade, colidiu com uma parede, detida com um único golpe em sua corrida pela supremacia da Europa. A consequência foi um choque traumático. (Ver o apêndice 2 a esta parte, p.190-5)

Além disso, a derrocada das instituições guilherminas na luta entre os Estados ocorreu simultaneamente com uma derrota — pelo menos parcial — nas lutas intra-Estado. O fim do regime, e a destruição do país após a guerra perdida, aumentaram as oportunidades de chegada ao poder de grupos anteriormente à margem,

em primeiro e destacado lugar, as organizações de trabalhadores. Pela primeira vez na história da Alemanha, seus representantes assumiram o governo do Reich.<sup>12</sup> Como sempre em tais casos, a ascensão de grupos marginais que costumavam estar em posições inferiores na escala social — um antigo fabricante de arreios foi o sucessor do Kaiser — foi sentida por muitos membros da “boa sociedade” alemã como uma insuportável ferida em seus sentimentos de auto-estima.

O desenvolvimento da Alemanha mostra aqui, em forma de paradigma, a reação de um *establishment* dominante e seus adeptos, face a uma mudança na estrutura social que contribuiu para alterar uma proporção de poder que passava a ser-lhes desfavorável. Não só revoluções, mas também guerras, trazem à luz mudanças estruturais em relações de poder, mudanças essas já em curso no tecido institucional tradicional, mas previamente encobertas por esse mesmo tecido. Uma guerra vitoriosa teria provavelmente garantido, uma vez mais, a subordinação das massas à liderança das classes vencedoras. A guerra perdida teve como efeito a redistribuição de forças que vinha ocorrendo silenciosamente sob a superfície do Estado imperial, estimulada pela rápida industrialização da Alemanha. Soldados e trabalhadores retiraram em massa sua obediência à liderança de uma classe derrotada.

Uma melhor compreensão do desenvolvimento, tanto da Alemanha quanto do terrorismo, no período da Primeira República alemã será possível se tivermos em mente um claro perfil das estruturas intra- e interestatais de poder na época e o modo como foram vivenciadas. A instituição guilhermina, a *satisfaktionsfähige Gesellschaft*, agora ampliada pela inclusão dos estratos mercantis e empresariais previamente excluídos, sofrera uma derrota interna e uma externa. Não estava simplesmente preparada para aceitar a situação assim criada. No começo, não sabia precisamente como seria possível reparar ambas as derrotas, ou seja, por um lado, restabelecer a Alemanha como grande potência baseada num exército forte e, por outro, manter seus privilégios como elite dirigente da Alemanha em face das reivindicações de poder da classe trabalhadora organizada. Mas os próprios objetivos muito cedo se tornaram claros de novo para os vencidos.<sup>13</sup>

Houve muitas situações análogas no desenvolvimento das sociedades humanas. Tais casos de perda de poder por antigos sistemas institucionais em relação a novos grupos ascendentes desencadeiam acirrada resistência — um anseio nada realista de restauração da antiga ordem — não só por razões econômicas, mas também porque, através de tal perda de poder, os antigos estratos dominantes viram-se colocados no mesmo nível de poder e status daqueles grupos que eles antes desprezavam: grupos de baixa extração social, de menor valor humano, a ralé. Por conseguinte, sentiram-se diminuídos em sua própria auto-estima.

Existem testemunhos escritos que remontam à Antiguidade e mostram claramente que grupos institucionalizados entendem seu poder como superior, em relação aos grupos marginais, como prova de seu mais elevado valor humano. Já o autor anônimo de uma carta atribuída a Xenofonte, provavelmente do final do século V a.C., e que hoje é usualmente chamado “o velho oligarca”, mostra essa avaliação de grupos menos poderosos como sendo de menor valor humano.<sup>14</sup> O

autor dessa carta era provavelmente um aristocrata ateniense que, com outros de seus pares, foi expulso de Atenas pela revolta de vastos setores da população e a implantação de uma constituição democrática. Ele fala com notório desprezo da população democrática. “Todos sabemos”, escreveu ele, “que tais elementos são constituídos de gente indisciplinada, de mau caráter.” Atitude análoga pode ser encontrada numa carta, datada de 2 de janeiro de 1920, de um certo tenente Mayer, escrita a seu Superior, o capitão Berchtold. Ele tinha sido enviado a Würzburg como oficial encarregado do recrutamento para um dos Freikorps:

Não tendo passado um só dia... sem dirigir as minhas atenções para a observação do estado de ânimo corrente da população, vi confirmada a minha opinião de que todos os que se situam acima da ralé anseiam por libertar-se da pocilga em que se encontram, em especial do jugo judaico que oprime as pessoas, e, o que é do maior significado progressista comparado com o que se observava antes, estão dispostos a participar pessoalmente na iminente obra de libertação! Os brados “Morte aos judeus!”, “Morte aos traidores do nosso povo!” ressoam em todos os bancos de tavernas; cartazes e pichações dizem o mesmo por toda a parte. Erzberger é enforcado todas as noites um sem-número de vezes...

Dois cavalheiros com todos os seus homens do exército aquartelado localmente vieram dar-nos sua adesão. Espero atrair dois ou mais para a nossa causa.<sup>15</sup>

Mesmo que nem todos se expressassem em termos tão drásticos, havia nessa época uma idéia generalizada entre os membros dos círculos que seguiam a tradição do velho *establishment* guilhermino, de que a participação na liderança governante de grupos considerados de status social inferior subentendia um aviltamento deles próprios e, por conseguinte, também da Alemanha. Intitulavam-se a si próprios — e sentiam-se — “nacionais”, uma vez que se consideravam fundamentalmente os verdadeiros representantes da nação; e todos os “marginais”, sobretudo os trabalhadores com suas organizações e os grupos minoritários, como os judeus alemães, eram vistos como não pertencentes nem à sua própria sociedade nem à nação alemã.

## 4

O excerto da carta do tenente Mayer oferece um quadro muito nítido do estado de ânimo nos “melhores” círculos de Würzburg, no começo do ano de 1920. Ao mesmo tempo, transmite uma impressão da mentalidade dos Freikorps que eram nessa época os principais atores na violência política à margem do Estado. A propaganda deles entre vastos setores da população serviu como preparação para o *putsch* contra a detestada República parlamentar. A primeira dessas tentativas, o *putsch* Kapp, fracassou por razões sobejamente conhecidas, que não preciso detalhar aqui. Um dos Freikorps, a Brigada de Marinha Ehrhardt, esteve diretamente envolvida nele. Mais tarde, a organização terrorista “Consul” surgiu como sua sucessora na clandestinidade, tendo como um de seus objetivos o sistemático assassinato de políticos proeminentes a quem consideravam “indesejáveis”. Os



assassinos de Erzberger, um membro do Parlamento, pertenciam a essa organização; atacaram-no e fuzilaram-no, em 26 de agosto de 1920, quando o político passeava na Floresta Negra. Seu companheiro e colega no Parlamento, Dietz, escapou com um ferimento de bala. Os assassinos — Heinrich Schulz e Heinrich Tillessen — eram ex-oficiais, que pertenciam então ao Estado-maior da Brigada de Marinha Ehrhardt e foram finalmente empregados por um destacado político bávaro, o Conselheiro Privado Heim. Eram membros da associação nacionalista alemã *Schutz und Trutz* (Proteção e Resistência) e de outras organizações nacionalistas. Após cometerem o crime, os dois homens viajaram para Munique, onde o assassinato fora planejado. Daí fugiram com passaportes forjados, presumivelmente emitidos pela polícia bávara, para a Hungria, onde foram temporariamente detidos, mas logo soltos, após um telefonema para uma autoridade da Baviera. O superior deles na organização secreta "Consul", o capitão-tenente von Killinger, também um ex-oficial do exército que tinha combatido contra a República Soviética Bávara e participara do *putsch* Kapp, foi acusado de cumplicidade no assassinato de Erzberger, mas absolvido pelo júri em Offenburg.<sup>16</sup>

É difícil fazer uma estimativa de quantas pessoas foram assassinadas como politicamente indesejáveis por membros dos Freikorps e das associações estudantis que com eles colaboravam estreitamente, nos primeiros anos da República de Weimar. Suas vítimas incluíram comunistas proeminentes, como Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, que foram arrastados para fora de uma casa cercada, após uma fracassada sublevação de trabalhadores, e, de acordo com o que pôde ser até hoje apurado, foram espancados até à morte, um após o outro, com cassetetes no caminho para a prisão. Houve também vítimas menos conhecidas. Uma delas foi o meu colega de escola, Bernhard Schottländer, uma pessoa muito franzina e sumamente inteligente que, com seus óculos de lentes grossas, já parecia um jovem e erudito *scholar*, mesmo quando era apenas um primeiranista, que se inclinara para o comunismo depois de ler Marx, e cujo cadáver, se bem me lembro, foi encontrado no aterro sanitário da cidade de Breslau, amarrado com arame farpado. Políticos liberais como Rathenau<sup>17</sup> estavam também entre as vítimas, e muitos outros cujos nomes estão esquecidos.

Tal como a maioria dos terroristas na República Federal, os da Alemanha de Weimar também eram predominantemente oriundos de famílias de classe média. Eram, em sua grande maioria, jovens, e uma minoria de nobres. Os membros mais jovens da "boa sociedade" guilhermina eram oficiais ou estudantes, precisamente os grupos onde os terroristas da República de Weimar eram recrutados. Assim, lê-se, por exemplo, num memorando bávaro em preparação para a ditadura, um parágrafo especial: "Mobilização das forças armadas e da corporação estudantil do Reich".<sup>18</sup> Num outro memorando, também do período que antecedeu o *putsch* Kapp, lê-se no item "corporação estudantil":

Sondagens devem ser imediatamente promovidas pela comissão de mobilização entre os aliados na corporação estudantil a fim de se avaliar a extensão em que os estudantes estão organizados e que setores ainda se mantêm à margem. É particularmente importante apurar se quaisquer setores podem vir a ser nossos inimigos, dado que são fanáticos e

teremos de torná-los inofensivos. Deve ser sustentado o princípio de que a corporação estudantil será organizada em suas próprias brigadas e usada como o principal suprimento de reservas. Isso é porque a nossa maior força tem por base a corporação estudantil.<sup>19</sup>

Vê-se com clareza o problema. Nessa época, a maioria dos estudantes estava do lado daqueles que, em conjunto com os Freikorps e outras organizações militares, procuravam, se necessário com violência, derrubar a jovem república parlamentar e substituí-la por uma forte ditadura militar. Havia certamente exceções, por exemplo, os estudantes que não eram favoráveis a uma revolta patriótica contra a República, ou a uma ditadura militar-burguesa. Mas, como os terroristas desses tempos viam a situação, esses eram os "fanáticos" que tinham de ser eliminados. A idéia de que assassinar adversários políticos era correto e oportuno parecia ser axiomática.

Mas também era certo que essa idéia não estava confinada a um dos lados. A guerra tinha deixado em sua esteira considerável agitação e grande soma de amargura nos círculos da classe trabalhadora. Talvez tivessem suportado as frequentemente arbitrarias e arrogantes reivindicações de poder das elites dominantes se o Kaiser e seus generais tivessem sido vitoriosos. A derrota, porém, provou que os oficiais, as classes dirigentes, tinham conduzido os trabalhadores falsamente, que suas promessas eram palavras vazias, que as privações e misérias da guerra tinham sido em vão. O fracassado *putsch* Kapp atizou o azedume dos trabalhadores. A aversão era mútua. Quando a Brigada Ehrhardt se retirou de Berlim após o fracassado *putsch*, multidões aglomeradas na Porta de Brandenburgo gritaram-lhes insultos à sua passagem. Alguns dos soldados em retirada fizeram abruptamente meia volta e atiraram contra as massas. Cerca de doze mortos e muitos feridos foram deixados na Pariser Platz.<sup>20</sup>

Como sempre, o ódio e a violência de ambos os lados exacerbavam-se numa espiral contínua. Na época do *putsch* Kapp, oficiais em uniforme não podiam deixar-se ver nas zonas norte e leste de Berlim, e também em alguns subúrbios, sem correr o risco de serem atacados e insultados pelos moradores. É certo que os líderes militares do *putsch* organizaram tropas, formadas em sua maioria por antigos oficiais, a fim de manter a ordem. Mas após o fracasso do empreendimento, essas tropas, que saíam em patrulha em grupos relativamente pequenos, encontraram-se numa situação altamente ameaçadora, frente a frente com a massa de residentes locais. Os oficiais acantonados em Schöneberg receberam ordens para retirar-se sem armas, a fim de não provocar a população. Seriam levados para Lichterfelde em dois caminhões postos à sua disposição. Mas os caminhões tinham rodado uns escassos cem metros, quando foram detidos pela multidão que os cercava e que, excitada, alvejava com pedras e garrafas de cerveja os acuados oficiais. Na luta corpo-a-corpo que se seguiu, nove oficiais foram jogados por terra, espezinhados e mortos. A polícia foi avisada e os remanescentes, espancados e feridos, foram resgatados e postos a salvo.<sup>21</sup> Cenas como essa ocorreram conjuntamente com a sublevação operária na região do Ruhr.

Tais exemplos permitem-nos acompanhar com muita clareza o curso de um violento processo de duplo vínculo. A Revolução Russa desempenhou um grande papel a esse respeito — como modelo e como aterradora advertência. A compara-

ção com o curso dos eventos ali — em especial com a organização das massas ainda predominantemente agrárias da Rússia para uma sublevação violenta — mostra, é claro, que a força de trabalho industrial alemã estava, em certos aspectos, em desvantagem na mobilização para a violência. O Partido Comunista tentou, evidentemente, transformar a excitação espontânea dos trabalhadores e as numerosas escaramuças e refregas locais, com os Freikorps ou o exército, numa ação militar organizada. Mas a nomeação de um alto comando em Mülheim (no distrito do Ruhr), através de uma proclamação da liderança militar do Partido, em 28 de março de 1920, não teve o desejado efeito. A colocação de unidades de combate de trabalhadores locais sob comando central não foi bem-sucedida. Repetidas vezes, os líderes locais agiram por conta própria. Poder-se-ia imaginar que, em correspondência com o nível então existente de tecnologia, teria sido mais fácil transformar camponeses, habituados à obediência, em soldados prontos para a batalha, do que os trabalhadores industriais, independentes e autoconfiantes. Em todo o caso, parece ter sido essa uma das experiências colhidas da rebelião do Ruhr.

Mas, ao mesmo tempo, essa experiência destaca o curso peculiar do processo de duplo vínculo entre os grupos de jovens oficiais de classe média e seus aliados estudantis, por um lado, e os grupos de trabalhadores, por outro. Ambos procuraram realizar objetivos políticos através do uso da força militar. É uma questão em aberto, em que medida o oficialato russo permaneceu intato como legatário da ordem tradicional após a abdicação do czar. O oficialato alemão conservou-se plenamente operacional, como um quadro unido, após a abdicação do Kaiser. O *esprit de corps* também permaneceu intato. O supremo comando militar sentiu-se responsável pela integridade do Estado e, na realidade, era-o em certa medida. Os aliados, evidentemente, tinham imposto severas restrições às forças armadas alemãs. Estavam fartos de militarismo alemão, mas temiam igualmente que o comunismo russo encontrasse adeptos na Alemanha. Como solução de meio-termo, permitiram que a Alemanha mantivesse um exército de 100.000 homens, em vez de 400.000. Isso significou, ao mesmo tempo, uma radical redução numérica do quadro de oficiais. Muitos dos oficiais devolvidos do serviço ativo para casa ainda eram relativamente jovens; a maioria não tinha outra ambição senão permanecer no oficialato. O serviço militar era para eles o único emprego significativo, a profissão que entendiam e que lhes dava prazer. Para onde mais poderiam ir? As associações voluntárias dos Freikorps eram a resposta.

Havia muitos Freikorps, cada um deles formado em torno de ex-oficiais com qualidades específicas de liderança. Esses grupos, formados predominantemente por jovens de classe média, tinham, de acordo com sua situação social, toda uma gama de inimigos decididos, a quem desejavam combater por todos os meios, sempre que surgisse uma oportunidade. Esses inimigos incluíam, em primeiro lugar, todos os grupos englobados sob a designação genérica de "bolchevistas", sobretudo os setores da classe trabalhadora que tivessem participado de levantes, quer sob a influência de lideranças comunistas, quer por ação espontânea, e que, deliberadamente ou não, se esforçavam por derrubar a República parlamentar e implantar uma República soviética, segundo as diretrizes do modelo russo. Os

inimigos, além disso, incluíam a própria República parlamentar, sobretudo na forma daqueles membros do governo e do parlamento que estavam comprometidos com a assinatura do tratado de paz — a "paz infame" — e o cumprimento de suas condições. A aversão das guerrilhas à República (a *pocilga*), ao parlamento (o *parlatório*) e, em especial, aos representantes da social-democracia (os arruinados), que ocupavam agora posições influentes em muitos gabinetes governamentais, era apenas um pouco menor do que a que votavam aos bolchevistas (os trabalhadores agitados pelos comunistas).<sup>22</sup>

O equilíbrio de forças entre os dois grupos orientados para a violência na República de Weimar, entre os grupos de trabalhadores orientados para o modelo russo e os de oficiais de extração nobre e burguesa organizados nos Freikorps, era, reconhecidamente, muito desproporcional. A despeito de sua conduta e mentalidade freqüentemente mercenária, os Freikorps eram disciplinadas tropas de choque cujos membros estavam impregnados na tradição militar, desde que sua confiança fosse alimentada por líderes a quem não faltava, por vezes, uma certa dose de carisma. Contra eles estavam os grupos comparativamente indisciplinados que, embora fossem capazes, com freqüência, de oferecer luta imediata e espontânea, não se compraziam na disciplina militar a longo prazo, necessária à execução de planos estratégicos de batalha. Com a restrição mútua dos grupos que renunciaram à violência física às duas alas do espectro partidário parlamentar não-violento, os Freikorps levavam facilmente a melhor em suas refregas com os grupos de trabalhadores radicais, uma vez que também recebiam com freqüência o apoio do exército. Estavam não só melhor treinados mas, sobretudo, muito melhor armados que os grupos de combate dos trabalhadores.

As chances concretas de êxito da sublevação dos trabalhadores nos primeiros anos da República de Weimar foram, pois, muito reduzidas, porque o antigo quadro de oficiais permaneceu intato e foi rapidamente reorganizado, e porque os Aliados eram hostis a qualquer expansão da Revolução Russa. Mas para a legitimação de sua própria existência, o perigo do bolchevismo era do maior significado para os Freikorps e o exército. Ao aludirem à Revolução Russa e ao perigo de sua expansão, não só os Freikorps e o exército, mas também muitas outras associações nacionalistas que se formaram nessa época, sem esquecer as organizações terroristas, puderam ganhar o apoio de inúmeros simpatizantes nobres e burgueses. O êxito subsequente de Hitler e, em especial, a inação dos Aliados a respeito do rearmamento da Alemanha, só podem ser entendidos como consequência da Revolução Russa; foi uma expressão da aversão universal de vastos setores da classe média, e até de consideráveis parcelas da classe trabalhadora, ao espectro do bolchevismo e à expansão da Revolução Russa como modelo para outros países. (Ver apêndice 3 a esta parte, p.196-204)

## 5

A maioria das pessoas que faziam fila para aderir aos Freikorps tinham sido jogadas no desemprego. Milhares de oficiais viram-se no final de suas carreiras, em conse-

quência da derrota e das condições do armistício. Com frequência, tinham lutado durante anos nas primeiras linhas. Era quase impossível para eles encontrar uma posição civil apropriada aos seus conhecimentos e expectativas de *status*. Muitos esperavam estar aptos a continuar suas carreiras como oficiais no exército regular, logo que a Alemanha pudesse estabelecer maiores forças armadas. Por essa razão, eles já detestavam essa República, cuja "política de submissão" parecia bloquear-lhes essa ambição. Outros viram um novo futuro nas províncias bálticas, onde uma classe alta alemã tinha vivido por largo tempo. Proprietários rurais germano-bálticos e alguns líderes do movimento nacionalista letão prometeram às guerrilhas alemãs terras para assentamento, em troca de ajuda para libertá-los do controle russo. Por isso um grande número de Freikorps foram para o Báltico. Aí poderiam lutar contra o mais odiado inimigo, os bolchevistas. Também esperavam estar aptos a compensar a perda da Alsácia-Lorena pela anexação das províncias bálticas à Alemanha. Ao mesmo tempo, pela aquisição de terras, estariam aptos a iniciar uma nova existência de harmonia com sua elevada posição social.

Lembrar a campanha no Báltico pode ajudar a compreender o desenvolvimento de alguns desses grupos no terrorismo político dirigido contra o novo Estado alemão. Uma vez mais, alguns excertos de um romance, desta vez do mais ou menos autobiográfico romance de Ernst von Salomon, *Die Geächteten (Os proscritos)*,<sup>23</sup> podem esclarecer o processo que levou as pessoas ao terrorismo, à organização sistemática de assassinatos e de outros atos de violência como um meio de abalar e, se possível, destruir um regime detestado.

Ernst von Salomon, que privava da intimidade dos assassinos de Rathenau, já indica a direção desse desenvolvimento nos títulos dos capítulos do seu romance. São eles:

1. Os Dispersados
2. Os Conspiradores
3. Os Criminosos

As etapas pelas quais cada indivíduo passou nesse percurso na década de 1920 foram, em linhas gerais, as seguintes:

1. Oficial no exército guilhermino (ou, se muito jovem, talvez cadete na Academia Militar prussiana).
2. Membro de um Freikorps, tendo muitos deles participado na fracassada campanha do Báltico.
3. Membro de uma associação secreta conspiratória, de caráter terrorista.

A quarta etapa, sobre a qual não precisamos ir mais longe aqui, seria a adesão ao Partido Nacional-Socialista. Isso significou, para muitos dos antigos membros dos Freikorps, constantemente ameaçados pelo perigo de degradação social, a oportunidade de se elevarem de novo, enfim, com toda a segurança, às posições passadas e de darem realidade às suas esperanças políticas — afinal frustradas, uma vez mais. Foi afirmado, de fato, não sem justificação, que a ascensão de Hitler ao poder dificilmente teria sido possível sem a contribuição organizacional e militar dos antigos membros dos Freikorps.

Como jovem, Salomon foi direto do corpo de cadetes para um Freikorps de Hamburgo comandado por um tenente Wurth. Aí se encontrou na companhia de aventureiros, um tanto desregrados e turbulentos, mas também românticos, com hábitos semelhantes aos dos mercenários. Ele recordou o avanço nos seguintes termos:

A palavra "avanço", para aqueles de nós que fomos para o Báltico, tinha um significado misterioso, alegremente perigoso... o significado de uma camaradagem vigorosa... a dissolução de todos os vínculos com um mundo que está afundando, apodrecendo, com o qual o verdadeiro guerreiro não pode continuar a ter algo em comum.<sup>24</sup>

Uma etapa característica do processo pelo qual as pessoas se tornam terroristas é ilustrado aqui com muita clareza. Eles sentem-se como proscritos em relação a uma sociedade que parece estar pobre até o âmago. Estão convencidos de que a sociedade está naufragando, e desejam que isso aconteça, embora talvez não seja particularmente claro o que acontecerá quando isso se consumir. Ironicamente, pelo menos no caso do jovem Salomon, para quem a jovem e frágil República alemã lhe lembrava um "mundo que estava afundando e apodrecendo", era precisamente a velha sociedade, em cuja tradição ele próprio, e muitos de seus camaradas, tinham sido criados, a que fora derrotada e estava irremediavelmente afundando. Expirara o império, mas um número incontável de seus representantes sobrevivera. Com a morte do império, as tarefas vitais que pareciam significativas para essas pessoas também desapareceram. O treinamento na escola de cadetes tinha preparado Ernst von Salomon para uma carreira de oficial no exército prussiano. O antigo exército desintegrara-se, um novo, muito menor, acabara de ser formado. O supremo comandante-chefe desertara para a Holanda. Onde, nessa República que surgira da derrota, haveria ainda lugar, um significativo propósito futuro para pessoas como ele?

A campanha no Báltico, que prometera compensar a perda alemã de territórios no Ocidente e, aos participantes, uma nova posição compatível com seu *status* social — talvez até uma propriedade rural — insuflou nova esperança. Não se perguntaram o que os vitoriosos inimigos da Alemanha ou o governo em Berlim diria de uma ocupação das províncias bálticas russas. A política mundial estava muito distante e o sonho era belo. Mas por muito que esse sonho representasse o novo e melhor futuro nos sentimentos de seus adeptos, por muito que ele contrastasse com a desmantelada Alemanha republicana, que eles detestavam por causa de sua política pacifista, aquilo com que essas pessoas estavam fundamentalmente sonhando era com a restauração do antigo mundo, ou seja, a restauração de um império alemão com um poderoso exército, e em cuja hierarquia de status o oficialato e os valores militares ocupariam de novo o alto lugar que lhes era apropriado. Disciplina militar, firmeza e coragem seriam então altamente valorizadas de novo, como mereciam; falta de fibra, vacilação e escrúpulos morais de uma espécie burguesa atrairiam o desprezo que mereciam, o mesmo desprezo que votavam aos civis que governavam agora em Berlim, assim como os membros do Parlamento que tagarelavam muito, mas faziam muito pouco.<sup>25</sup>

Para as guerrilhas no Báltico, esse Estado parlamentar era um mundo estranho, desconhecido. A sua coesão já não era mais determinada, como no antigo exército, através de regulamentos militares elaborados burocraticamente e sancionados pelo Estado, através de uma hierarquia de oficiais cujo ápice simbólico era a figura suprema do Kaiser. Os homens dos Freikorps não se sentiam realmente no dever de prestar contas a quem quer que fosse, exceto ao seu próprio grupo. Quase todos os Freikorps tinham o seu próprio líder carismático, cuja autoridade pessoal, participação física na luta, tácita promessa de vitória, de despojos e de um melhor futuro os mantinha unidos e eram fatores decisivos para a solidariedade e o vigor combativo desses guerrilheiros.

O lugar-tenente Wuth, do Freikorps de Hamburgo, era um desses líderes. De acordo com a descrição de Salomon, era um homenzarrão bronzado e rude. Tinha o hábito de afiar um dente de javali que lhe sobressaía da boca entre os pêlos eriçados da pequena barba e, antes de cada batalha, trocava seu capacete de campanha por uma boina de veludo como as usadas pelos *Pachants* e os *Wanderoögel* originais.<sup>26</sup> As batalhas no Báltico eram duras, as baixas pesadas, mas a esperança persistia. E a vida era livre, desimpedida, uma alternativa para a entorpecida e rotineira vida burguesa, com todas as suas limitações. Ali, no Báltico, ainda havia ação e a possibilidade de novas vitórias para ajudar a esquecer as derrotas no Ocidente.

Sobreveio então o golpe que destruiu todas as esperanças. Aconteceu o impen-sável. Com autorização do governo, representantes seus assinaram o terrível tratado de paz que selou a humilhante derrota. Salomon descreveu essa traumática experiência:

Um dia, próximo à data fixada para o início do armistício, estávamos sentados no alojamento do tenente Wuth. Schlageter aí se encontrava de visita e estávamos conversando sobre as possibilidades de nos instalarmos neste país. Wuth queria comprar uma fazenda e serraria. (...) Então o tenente Kay entrou no quarto e falando agitado em meio à fumaça de cigarros anunciou: "A Alemanha assinou o tratado de paz!"

Por um momento, fez-se um profundo silêncio, tão profundo que o quarto quase estremeceu quando Schlageter se levantou (...) Ele fez uma pausa, os olhos fixos num ponto bem à sua frente e, de súbito, com um sinistro tom de voz, disse: "Penso que, afinal de contas... temos alguma coisa a ver com isso?" E bateu a porta. (...) Estávamos alarmados. Ouvimos isso e ficamos chocados ao concluir que, na realidade, tudo isso nos afectava muito pouco.<sup>27</sup>

Por um breve instante, eles talvez pudessem realmente acreditar que esse distante acontecimento não lhes dizia respeito. Mas os fios invisíveis que os ligavam à sua distante pátria logo se tornaram perceptíveis. Na realidade, eles nada mais eram do que soldados alemães espalhados pela vastidão dos campos russos. A conclusão do tratado de paz por esses *parvenus*, que agora representavam a Alemanha, tinha selado o seu destino. Sentiam-se traídos:

Entreolhávamo-nos, arrepiados. De súbito, sentimos a algidez do inexprimível abandono. Tínhamos acreditado que o nosso país nunca nos despediria, que lhe estávamos ligados

com uma indestrutível corrente, que ele alimentava os nossos desejos secretos e justificava os nossos atos. Agora, tudo isso acabara. A assinatura nos livrou de todas as obrigações.<sup>28</sup>

Este exemplo mostra claramente o imenso significado emocional da falha do governo de Berlim por não ter declarado em público, em alto e bom som: "Por recomendação expressa do supremo comando do exército, os nossos delegados assinaram o tratado de paz na forma em que nos foi apresentado." A frequentemente exaltada esperteza inata de Hindenburg conseguira transferir o sentimento de ignomínia despertado pela assinatura do tratado de paz e, portanto, pela humilhante derrota militar para os representantes da República parlamentar. Isso permitiu a renúncia de todos aqueles que se sentiram prejudicados por essa República. No caso de outros indivíduos, o choque pela assinatura de tão vergonhoso e sufocante tratado pode ter-se evidenciado de outras maneiras. Mas o efeito traumático sobre os guerrilheiros, conforme aqui descrito, teve sob certos aspectos uma significação exemplar. Eles nada sabiam das circunstâncias coercivas que tinham levado o governo a decidir assinar. Talvez pudessem tê-lo aceito se o tratado tivesse sido assinado pelo Kaiser, ou Hindenburg e Ludendorff. Mas parecia agora que a responsabilidade exclusiva pela assinatura desse tratado de paz cabia a indivíduos que, de acordo com a tradição da antiga *satisfaktionsfähige Gesellschaft* e, em especial, a do oficialato, eram considerados arrivistas ou *parvenus*.<sup>29</sup>

Sob a pressão da *Entente* e de acordo com os termos do tratado de paz, o governo de Berlim ordenou finalmente a retirada dos Freikorps do Báltico. Em face disso, muitos dos guerrilheiros rejeitaram sua obediência ao governo alemão, permaneceram no teatro de operações e continuaram lutando — não contra o Exército Vermelho, que já se retirara, mas contra os recém-organizados exércitos letão e estônio, os quais eram apoiados por belonaves britânicas. Pouco a pouco, os guerrilheiros foram forçados a recuar. Essa foi uma segunda experiência traumática para eles. Homens que não podiam admitir que a Alemanha tivesse sido derrotada no Ocidente, estavam agora experimentando o sabor da derrota em primeira mão no Leste.

Pouco a pouco, a situação das guerrilhas no Báltico tornou-se cada vez mais insustentável. Quando chegaram as primeiras e cortantes nevascas do outono russo, a escassez dos suprimentos de vestuário enviados da Alemanha fez-se gradualmente sentir. Muitos deles não tinham capotes. Túnica e calças estavam em andrajos, as botas esburacadas. E as populações locais acoassavam implacavelmente as tropas em seu constante recuo, tal como os russos tinham feito antes com o exército napoleônico em retirada. Por fim, os desesperados guerrilheiros, com suas esperanças destruídas, enfureceram-se. Salomon, entre outros,<sup>30</sup> descreveu o que aconteceu então. Uma vez mais, eles contra-atacaram — com fúria e desespero —, perdidos os últimos remanescentes de sua humanidade:

Desferimos a última estocada. Sim, erguemo-nos uma vez mais e avançamos, numa arrancada fulminante. Até o último homem, saímos todos para campo aberto e corremos na direção da floresta. Atravessamos correndo os campos cobertos de neve e penetramos na floresta. Chegamos atirando contra a multidão colhida de surpresa, golpeando, caçando, abatendo quem surgisse pela frente. Afugentamos os letões, como raposas cor-

rendo pelos campos, tocamos fogo em todas as casas, pulverizamos todas as pontes e derrubamos todos os postes telegráficos. Jogamos os cadáveres em poços e granadas de mão em cima deles. Matamos todos os que nos caíam em mãos, queimamos tudo o que podia arder. Vimos tudo vermelho, já não tínhamos qualquer sentimento humano em nossos corações. Onde tínhamos levado a devastação, o saque e a morte, a terra gemia sob o peso da nossa destruição. Por onde passava a nossa fúria, onde tinha havido casas, agora eram entulho, cinzas e vigas incandescentes, como chagas supuradas num campo nu. Um gigantesco penacho de fumaça assinalava a nossa passagem. Tínhamos acendido uma pira fúnebre onde mais do que matéria morta estava ardendo, aí ardiam também nossas esperanças e nossos anseios; aí ardiam também as tábuas burguesas, as leis e os valores do mundo civilizado; ardia tudo o que ainda arrastávamos conosco como sucata empoeirada do vocabulário e das crenças nas coisas e idéias do tempo que ora nos excluía e rejeitava.

Retiramo-nos, fanfarrões, bêbados, carregados de despojos. Em nenhuma parte, os letões sustentaram suas posições. Mas no dia seguinte, ali estavam de novo para nos fustigar.<sup>31</sup>

Se investigarmos as condições numa sociedade em que formas civilizadas de comportamento e de consciência começam a dissolver-se, veremos, uma vez mais, algumas das etapas desse trajeto. É um processo de brutalização e desumanização que, em sociedades relativamente civilizadas, requer um tempo considerável. Em tais sociedades, terror e horror dificilmente se manifestam sem um processo social bastante longo, durante o qual a consciência se decompõe. Na tentativa de entender o surgimento da violência nua e crua como objetivo social, com ou sem legitimação estatal, as pessoas usam com muita frequência diagnósticos estáticos e métodos de explicação a curto prazo. Pode haver certa pertinência nisso quando não se está realmente interessado em encontrar explicações mas, antes, em questões de culpa. Nesse caso, é bastante fácil descrever a barbarização, a descivilização, e também a própria reserva e o comportamento civilizado de cada um como expressão de uma decisão pessoal livremente escolhida. Mas tal diagnóstico e esclarecimento voluntarista não nos leva longe.

Se reconhecermos o curso de desenvolvimento dos Freikorps como um dos caminhos que levaram a atos de violência terrorista extra-estatal durante a República de Weimar, assim como aos atos de violência estatal na era de Hitler, então obteremos um grau de entendimento do longo período de acumulação e estruturação que precedeu os grandes atos de barbarismo que, no começo, eram quase invisíveis mas depois tornaram-se mais óbvios, como se tivessem brotado do nada.

Os homens que, em fúria e desespero, participaram numa orgia de aniquilamento e destruição no Báltico, e alguns dos quais, como o próprio Salomon, procuraram mais tarde destruir a detestada República mediante atos de terror, tinham iniciado a arrancada com grandes esperanças. A aventura seduzira-os. Sonhavam com grandes vitórias para a sua causa, assim como para eles próprios. À medida que aumentavam os sinais de fracasso e derrota, no começo, recusaram-se a aceitar a advertência. Envolveram-se em seu sonho como numa quente e protetora capa. Quando a sombria realidade finalmente se lhes impôs através das esperanças pulverizadas, eles ficaram desvairados. Sob a pressão cada vez mais forte da frustradora realidade, o sonho desmoronou e, com ele, a consciência pessoal dos

guerrilheiros. A ira e o desespero levaram-nos a matar quem atravessasse em seu caminho. Seguiram um rumo, ao qual alguns deles procuraram dar continuidade, com maior circunspeção, em organizações secretas após o regresso à pátria. Entregaram-se à tarefa de destruir um mundo que lhes negava qualquer significado e que, portanto, lhes parecia ser ele próprio destituído de significação — merecedor apenas de ser destruído.

Uma vez mais, suas esperanças foram reanimadas — nos preparativos para derrubar o regime de Weimar e instaurar uma ditadura. Como também essas esperanças foram frustradas com o fracasso do *putsch*, Kapp, alguns membros obstinados de muitos Freikorps não viram outra solução senão o uso do terror para desestabilizar e, finalmente, derrubar o abominado regime. Durante esse período, correspondentemente, um certo número de ex-oficiais, em sua maioria membros da Brigada Ehrhardt, formou sua organização secreta. O assassinato de políticos proeminentes soaria como uma advertência. Com a ajuda de tais ações, o putrefato regime seria tão abalado que acabaria ruindo. (Ver apêndice 4 a esta parte, p.205-8.)

Hitler teve êxito onde os líderes dos Freikorps falharam: na destruição total do regime parlamentar de Weimar.<sup>32</sup> Teve êxito, em grande parte, porque se esforçou por mobilizar vastos setores das massas através do uso de propaganda extraparlamentar. Os Freikorps estavam entre os seus mais importantes precursores, preparando-lhe o terreno. Os objetivos deles eram, sob muitos aspectos, idênticos aos de Hitler. Mas, apesar de todo o processo de barbarização por que tinham passado suas atitudes e mentalidade, eles permaneciam radicados na tradição dos oficiais de elite — a tradição da antiga *satisfaktionsfähige Gesellschaft* nobre e burguesa. Hitler, o segundo cabo, rompeu as barreiras elitistas do movimento de oficiais e estudantes e transformou-o num vasto movimento popular sem as restrições elitistas que impediam sua disseminação entre as massas. Ser membro da “raça alemã” abriu a porta a muito mais gente do que a mera pertença à “boa” sociedade nobre e burguesa e, na juventude, ao oficialato ou às associações estudantis.

## 6

De um modo semelhante ao que ocorreu na República de Weimar, uma organização ilegal foi formada entre os jovens na República de Bonn a fim de executar assassinatos políticos, como forma de contribuir para mudanças e, possivelmente, para a queda do Estado e da ordem social vigente, a fim de abrir para os partidos interessados novas perspectivas para o futuro que, de momento, lhes estavam vedadas.<sup>33</sup> Em ambos os casos, essas organizações desenvolveram-se gradualmente, no começo, após uma série de severas decepções e fracassos. Em termos de classe, a maioria dos terroristas em Bonn, assim como na República de Weimar, provinha de famílias burguesas. Havia também entre eles numerosos estudantes ou antigos estudantes. Mas não havia quase nenhum oficial. Em contrapartida, não faltavam terroristas do sexo feminino, que estavam totalmente ausentes entre os grupos de Weimar.<sup>34</sup>

Percebe-se o problema. No período de Weimar, grupos de jovens da classe média que sentiam estar o regime vigente bloqueando suas oportunidades para uma vida

significativa, olhavam os trabalhadores como adversários, os comunistas como seus piores inimigos e até a classe média liberal como abominável. Na República de Bonn, a oposição extraparlamentar, a qual também era constituída em sua grande maioria por jovens da burguesia, em cujas fileiras eram principalmente recrutados os membros de associações terroristas secretas, havia uma perspectiva oposta. Simpatizavam com os trabalhadores, por vezes também com uma ou outra forma de comunismo.<sup>35</sup> Sua inimizade era dirigida contra a sociedade burguesa estabelecida — uma sociedade que, a seus olhos, estava alicerçada exclusivamente no egoísmo e na realização de interesses individuais. Também sentiam que as circunstâncias sociais existentes e as limitações que assim lhes eram impostas eram insuportáveis. E numa consideração mais profunda da situação descobre-se também que, na raiz, uma geração mais jovem em busca de uma vida significativa para si encontra restringidos ou bloqueados os canais para se alcançar tal vida. *O que* era valorizado como significativo era muito diferente nos dois casos. Mas a motivação básica era a mesma: o sentimento de estar encarcerado num sistema social que tornava muito difícil para as gerações mais jovens encontrarem oportunidades para um futuro pleno de significado.

Essa motivação fundamental tem sido discernível repetidas vezes no testemunho dos movimentos extraparlamentares, desde a década de 1960 até o presente. Mas usualmente permanece mais periférica. Desaparece com freqüência atrás de um véu de marxismo ou seus derivados. Em minha opinião, entretanto, é uma motivação central. Obstrui-se a visão de um problema social muito sério do nosso tempo quando não se reconhece isso.

Há um pressuposto tácito nas sociedades industriais multipartidárias de hoje que impede a percepção desse problema. De acordo com esse pressuposto, as sociedades em questão encontram-se construídas de tal modo, que toda e qualquer pessoa pode encontrar uma tarefa significativa e gratificante na vida, desde que ele ou ela se esforce ao máximo por consegui-la. Isso é falacioso. Existem fases distintas nessas sociedades em que os canais para a mobilidade ascendente das gerações jovens e vindouras são relativamente numerosos e abertos, e outras em que são limitados e restritos. Não estou me referindo aqui simplesmente a oportunidades de carreira. O que afirmo é igualmente válido no que se refere a oportunidades não-profissionais (*nichtberufliche*) de uma vida significativa, incluindo sobretudo as oportunidades na esfera da luta política. Os conflitos políticos de hoje assumiram, sob muitos aspectos, as funções de criação de significado que, numa época anterior, eram desempenhadas pelas lutas religiosas. A orientação, dentro do espectro político que hoje — mas, certamente, não para sempre — se estende entre os dois pólos opostos de comunismo e fascismo, os quais, em última instância, estão ambos orientados para o uso da violência, talvez tenha se tornado, mais do que nunca, o centro de orientação do mundo para vastos círculos.

Mas é exatamente nessa direção que os jovens de hoje acham que o trabalho político dos partidos, tal como eles o vivenciam, fecha freqüentemente a porta a qualquer atividade significativa. Muitos deles são suficientemente perspicazes e inteligentes para reconhecer com clareza os pontos vulneráveis e as deficiências das

sociedades existentes. As pessoas de gerações mais antigas, com experiência nas lutas pelo poder, reconhecem com freqüência a necessidade de compromisso. Os mais jovens são, na maioria das vezes, mais inflexíveis a respeito de meias-medidas. Pode ser aqui percebido um aspecto do conflito de gerações que se desenrola apenas meio reconhecido nas sociedades industriais ocidentais. Muitos dos mais argutos membros das mais jovens gerações não se satisfazem com soluções de compromisso. Assim, quando desejam expressar e pôr em prática seus desejos políticos através dos canais institucionais da organização partidária, é freqüente encontrarem o caminho obstruído, suas necessidades de significação bloqueadas.

A formação de uma oposição extraparlamentar, na década de 1960, fornece um exemplo ilustrativo dessa situação. Isto vale igualmente para o movimento estudantil ligado a essa oposição e com a qual compartilhava de um grande número de membros em comum. No começo, as pessoas mais jovens viram aí algo que já não encontravam no âmbito das instituições políticas estabelecidas, especialmente nos partidos solidamente organizados. As atividades coletivas, a vida comunitária e as demonstrações de massa, todas elas proporcionam aos participantes não só um sentimento de solidariedade, mas também o sentimento de se possuir um propósito significativo, um sentimento de poder e uma excitação feliz e prazerosa. Aí estavam os propósitos; aí estava o significado.

O relativamente longo caminho, no qual as ações inicialmente pacíficas se tornaram, aos poucos, mais violentas — por exemplo, através de atentados incendiários contra estabelecimentos comerciais ou repetidos ataques a instalações americanas, planejados como protestos contra a Guerra do Vietnã — não precisa ser aqui descrito. Mas talvez não seja de todo isento de importância dizer-se que, uma vez mais, tratava-se de um típico processo de duplo vínculo, com uma forte tendência para a auto-escalada. Desde o começo, as ações e manifestações do movimento extraparlamentar foram dirigidas contra instituições existentes, entre elas, a estrutura autoritária vigente nas universidades. Não admira que as autoridades instituídas revidassem, ou que fossem por isso cometidos erros, dos quais o fuzilamento de Benne Ohnesorg, um estudante, teve provavelmente as mais sérias conseqüências. Em semelhante situação, um erro como esse é como um guia mostrando o caminho a ser seguido: o sentimento geral era que se o Estado usa a violência, nós também devemos usá-la. Tais processos de duplo vínculo não têm um início real. A polícia deve certamente ter se sentido provocada e talvez ameaçada pelos manifestantes. Mas essa é uma regularidade quase universal de um duplo vínculo: a violência engendra a contra-violência, a contra-violência aumenta a violência do outro lado, e assim por diante.<sup>36</sup>

Se observarmos as relações de poder envolvidas, chega-se rapidamente à conclusão de que o equilíbrio entre o potencial de violência do Estado e o dos movimentos extraparlamentares — e, mais tarde, dos terroristas — era por demais desigual para que os últimos tivessem qualquer chance de êxito. Mas, com toda a certeza, muitos líderes do movimento estudantil e da oposição extraparlamentar desses dias sentiram que poderiam contribuir para a queda da ordem social do egoísmo, e abrir o caminho para eles próprios e para a classe trabalhadora, rumo a uma ordem menos

egoísta, menos repressiva, mais significativa. Então, depois dos êxitos de 1968, muitos dos participantes defrontavam-se de novo com a questão de um futuro bloqueado, a questão: Para onde vamos? O que faremos? Começou despontando o reconhecimento de que não estavam realmente avançando nada; após a euforia do sucesso, instalou-se pouco a pouco o desapontamento; após o sonho veio o despertar, com a intuição de que a detestada estrutura social, embora tivesse sofrido alguns arranhões aqui e ali, ainda permanecia intata. Além disso, a par do desapontamento a respeito de suas próprias iniciativas, alguns deles sofreram uma segunda decepção no mesmo ano, quando a Rússia mandou tropas invadirem a Tchecoslováquia.

Passando por alto várias etapas intermédias, como a libertação de um líder da prisão, começou se desenvolvendo em certos círculos do movimento extraparlamentar a convicção de que a potência superior da organização estatal da violência não podia ser derrotada por meios legais. De um modo semelhante ao de alguns exasperados e desapontados jovens de classe média dos grupos que repudiaram o Estado durante o período de Weimar, também alguns exasperados e desapontados jovens de classe média na República de Bonn extraíram de suas experiências a conclusão de que essa estrutura social só poderia ser abalada através da conspiração. Isso só poderia ser conseguido através da formação de associações secretas e da ação terrorista sistemática contra seus mais destacados representantes, despertando assim, talvez, a população letárgica.<sup>37</sup>

Um dos temores centrais daqueles que aproveitaram a oportunidade para formar unidades de guerrilha urbana, assim como daqueles que assumiram sua liderança, era a possibilidade de um retorno da Alemanha a uma ditadura de partido único. Talvez já vissem a República Federal como um regime semifascista. Alguns membros das organizações terroristas eram da opinião de que seria preferível forçar o fascismo encoberto, que parecia manifestar-se em atos de violência do Estado, do que expor-se abertamente através de atos de contraviolência que lhe arrancassem a máscara. Sem dúvida, as medidas coercivas da República Federal eram reforçadas, de certa maneira, pela pressão dos atos terroristas.

Se hoje olharmos para trás e realizarmos um balanço desse período, é impossível deixar de lamentar todas as vítimas que essa luta reclamou, todo o sofrimento que causou e a futilidade de todo esse sacrifício e sofrimento. É cada vez mais premente, portanto, a tarefa de nos conscientizarmos dos problemas sociais que originaram esses conflitos. Eles ainda estão, em grande parte, por resolver; eles ainda existem. Tentarei resumir o que me parece ser o âmago da questão.

Talvez possa fazer isso da melhor maneira, alongando-me a respeito de uma expressão que já usei de tempos em tempos. Disse que as pessoas que desempenharam papéis de liderança nas organizações extraparlamentares, tanto não-violentas, quanto violentas, eram predominantemente "jovens burgueses". Sob muitos aspectos, eles usaram uma orientação ideológica centrada nos problemas da classe trabalhadora, mas foi escrito sobre tais grupos, com certa justificação, que:

A classe trabalhadora mítica é um clube que nutre o propósito de aniquilar o mundo do pai.<sup>38</sup>

De fato, neste como em outros casos, por trás do uso ideológico do conflito de classes está a realidade de um conflito de gerações como força propulsora. Houve, certamente, pessoas das organizações terroristas na República Federal que vieram da classe trabalhadora e que, em certa medida, continuaram ganhando a vida como trabalhadores. Mas estavam em minoria. Era assombrosa a diferença entre eles e os terroristas originários da classe média, no que se refere à atitude de uns e outros e sua preparação para o uso da força física como veículo de luta política. Mas isso é uma outra questão.

Um membro das classes trabalhadoras que desempenhou um papel ativo, embora, segundo parece, não exercesse uma liderança em qualquer organização terrorista foi Michael Baumann. Seu livro, *Wie alles anfing* (Como tudo começou) (1975), ajuda em muitos aspectos a entender o lado humano dos terroristas. Tal como Hans-Joachim Klein — um outro antigo trabalhador-terrorista que escreveu uma autobiografia<sup>39</sup> — Baumann era uma pessoa que, através de seu contato com o movimento estudantil e, sobretudo, através de sua formação autodidata, converteu-se num intelectual. Ambos os jovens nunca perderam o que era típico de suas origens. Mas, diferentes como eram, permaneceram solitários. Baumann, em particular, era mais anarquista do que marxista. Rejeitou deliberadamente a carreira que suas origens pareciam conduzir a ele, assim como rejeitou mais tarde o movimento terrorista. Ele era, para usar as suas próprias palavras, "um trabalhador demente".

É um dado revelador que ele se perguntasse, relativamente cedo na vida, que espécie de significado o seu trabalho tinha para ele:

No trabalho que você faz, pode não encontrar o menor sentido, por exemplo, em sair dando recados ou alguma outra bobagem parecida. Depois, você não sente vontade de aprender um ofício manual. Isso causa-lhe somente aversão, é apenas uma outra coisa que você tem de demolir.<sup>40</sup>

Tornou-se claro para ele que o que estava aprendendo, então, era o que ele teria de fazer nos próximos cinquenta anos. Ficou fisicamente chocado e, finalmente, conseguiu "cair fora". Descreve isso em termos muito explícitos:

Por exemplo, no primeiro dia, quando todos os aprendizes tinham ido ao escritório e depois foram levados em algum veículo para o local da obra, ocorreu-me de súbito que estaria fazendo isso pelos próximos 50 anos. Não há escapatória. Fiquei deveras horrorizado, de modo que procurei sempre uma forma de poder livrar-me disso.<sup>41</sup>

Se se perguntar por que razão os movimentos de oposição extraparlamentar, nas décadas de 1960 e 1970, e também depois, sem dúvida, eram principalmente formados por pessoas de origem na classe média, então parece útil começar neste ponto. Para os trabalhadores jovens, a experiência descrita por Baumann é provavelmente um tanto rara. Como hipótese de trabalho, pode-se supor que a transição da escola para um aprendizado, e deste para um local de trabalho, ainda ocorre hoje de modo tradicional e relativamente irrefletido: todas as pessoas que conheço passam por isso, de modo que eu faço o mesmo. As pessoas submetem-se a coerções mas, segundo parece, com crescente letargia. Aquelas que, como Baumann, não

fazem isso e vêem-se, de súbito, frente a frente com o seu futuro e dizem para si mesmas com horror, "Então, é isso o que vai ser toda a minha vida?", ainda constituem uma exceção entre os jovens trabalhadores.

Para os jovens oriundos da classe média, especialmente os jovens estudantes, a questão do futuro: "O que virei a ser? Que forma devo dar à minha vida?", é usualmente uma indagação central e muito urgente. O desejo de um futuro que seja significativo para a pessoa, que ela sinta ser gratificante, é mais forte e, por conseguinte, a busca de significado mais consciente.

Se os grupos de jovens rebeldes de classe média, das décadas de 1960 e 1970, viram ou não como o objetivo de suas manifestações, passeatas, *sit-ins* e invasões, o protesto a favor dos oprimidos e derrotados, essa questão do significado permaneceu no *background* como poderosa força motivadora. Se um considerável número de jovens teve sufocadas suas oportunidades de expressão, como ainda hoje ocorre com freqüência, então existe uma emergência na sociedade, um potencial explosivo que, sob condições favoráveis encontrará repercussão, repetidas vezes, em movimentos que se colocam em pronunciada oposição às instituições políticas estabelecidas. Referi-me acima aos terroristas da República de Weimar porque me pareceu ser útil destacar que os movimentos extraparlamentares, pacíficos ou violentos, não constituem um fenômeno isolado mas, em certas condições, são parte, por assim dizer, da estrutura das sociedades industriais não-ditatoriais e, talvez, também das ditatoriais.

Além disso, especialmente na República Federal alemã, a diferença entre as idéias morais das gerações mais velhas e o *ethos* das mais jovens é deveras impressionante. Como reação à lembrança traumática da desumanidade do período de Hitler, um *ethos* muito acentuado de resistência à desigualdade, à opressão, à exploração e à guerra, e a favor de um novo tipo de decência entre os seres humanos, passou a ser aceito pelas pessoas mais jovens. Ainda temos de esperar para ver se esse *ethos* freqüentemente utópico sobreviverá quando essas pessoas ficarem mais velhas. Mas quer isso aconteça ou não, podemos admitir com uma certa dose de certeza que o problema de significado para as gerações mais jovens, o qual se expressou no movimento terrorista, entre outros, far-se-á sentir repetidamente, mesmo em atos de violência, enquanto as pessoas não se esforçarem, de um modo muito mais intenso e consciente, para melhorar. De fato, não é difícil perceber que essa barreira à expressão para uma parcela não desprezível da geração mais jovem, criada através de leis, de desemprego ou seja o que for, gera um vasto campo de recrutamento, não só para os traficantes de drogas atuais, mas também para as futuras guerrilhas urbanas e para os futuros movimentos radicais em geral, de direita ou de esquerda. Ninguém pode dizer que futuro está reservado para a República Federal da Alemanha, caso essa semente germine. (Ver apêndice 5 a esta parte, p.209-66.)

## Apêndices à Parte III

### 1 Sobre o *ethos* da burguesia guilhermina

Embora houvesse exceções, como os escritos de Nietzsche, o *ethos* guerreiro aburguesado da sociedade guilhermina encontrou sua expressão menos em livros eruditos, do que no pensamento e nas ações cotidianas das pessoas envolvidas. Provas disso apresentam-se, por exemplo, em mudanças no uso de vocábulos ou nos romances populares da época.

Rudolf Herzog, respeitado expoente de uma literatura burguesa amena, de alto nível, usou empresários do seu tempo como personagens centrais em várias obras. Um de seus romances, *Hanseaten* (1909) (*Mercadores hanseáticos*), tem como protagonista Karl Twersten, proprietário e administrador de um estaleiro de Hamburgo, herdado de seu avô. No começo, Herzog descreve, entre outras coisas, como os operários se postam em posição de sentido quando o dono do estaleiro sobe a bordo de um navio recém-construído. Depois, quando numa ocasião foram impedidos de chegar ao local de trabalho no porto em conseqüência de uma tempestade e do continuado mau tempo, eles mandaram uma delegação para falar com o patrão porque o trabalho perdido desse dia seria descontado de seus salários; a discussão entre Twersten e os delegados teve a seguinte forma:

— Ouçam, — começou ele, olhando-os com severidade. — Todos vocês foram soldados, não foram? Ou marinheiros? Melhor ainda. Então, nesse caso, devem saber perfeitamente o que significa disciplina. E vocês, trabalhadores veteranos sabem, tão bem quanto eu, que num estaleiro naval tem de haver tanta disciplina quanto a bordo de um navio. Portanto, tudo o que tenho a fazer é ceder às exigências de vocês e estarei abrindo a porta à indisciplina. Por quê? Claro que não estou referindo-me a vocês três. São homens honrados e conheço-os há bastante tempo. Mas poderia ocorrer a centenas de madraços usarem todos os dias o vento e a chuva como desculpa quando quiserem chegar algumas horas mais tarde ao serviço. Basta que fique sendo hoje conhecido que é uma boa desculpa e que funciona — nós ainda vamos ser pagos! — e vocês, trabalhadores esforçados e decentes, serão os que fazem figura de bobos... Não, não preciso dizer mais nada a vocês. Não são novatos e sabem que deve haver disciplina. Assim deve ser, doa a quem doer.

— Está certo — disse o ferreiro, e pôs seu boné num gesto brusco.

— Nesse caso, devem compensar o tempo perdido trabalhando horas extras. Esse é o acordo.



— De acordo, Sr. Twersten. E queira nos desculpar, por favor, por termos vindo perturbá-lo deste modo, senhor.<sup>42</sup>

Essa adequação parcial das relações entre patrões e trabalhadores, no período inicial da industrialização, ao modelo oferecido pela tradição militar não ocorre unicamente na Alemanha guilhermina. Tal transferência de padrões militares de comportamento social para os industriais também pode ser observado no Japão. O romance não apresenta necessariamente esse relacionamento como ele era na realidade. Mas expressa de um modo muito claro e confiável como, na opinião do autor e de seus esperados leitores, ele devia ser. Que, em certa medida, o *ethos* militar definiu o *ethos* do trabalho para os próprios trabalhadores e também, em última análise, o *ethos* do trabalho nacional e a consciência dos indivíduos, estava igualmente em harmonia com a distribuição de forças desse tempo.

Também o vocabulário tinha uma ressonância militar. Palavras-chaves, como “disciplina” e “honra”, que tinham um papel de relevo no código militar, também são encontradas no código que governa as relações entre patrões e trabalhadores. Mas no decorrer de sua transformação em classe e função, tais símbolos de uma tradição aceite converteram-se em símbolos de princípios refletidos, meios de explícita argumentação ideológica.

O mesmo é válido para atitudes tais como severidade e implacável crueldade. Esses tipos de atitudes são certamente encontradas em todo o mundo, onde quer que haja acentuados gradientes de poder em confronto entre grupos mais ou menos poderosos, entre os institucionalizados e os marginais. É muito menos comum, entretanto, encontrar membros de grupos mais poderosos que, em suas relações com subordinados, não só se comportam com rudeza e severidade mas, ao mesmo tempo, apresentam isso como uma atitude ideal, como algo a ser altamente apreciado. Tal idealização da rudeza humana, esse culto da severidade humana, podem ser encontrados na literatura e em declarações de setores da burguesia guilhermina.

Karl Twersten está falando sobre seu filho com um amigo íntimo. Expressa dúvidas sobre a dureza de temperamento do rapaz, porque ele herdou o sangue de sua mãe, uma despreocupada cubana. O amigo aconselha-o, então, a mostrar amor pelo filho. Esta é a resposta de Twersten:

Gostaria de fazer isso. E quero fazê-lo, porque o amo de todo o coração. Mas primeiro ele deve passar a ser aquilo que eu quero que seja. Não posso ceder nesse ponto. O seu caráter deve mostrar suas verdadeiras cores, de um modo ou de outro, e elas devem ser as minhas. Não posso imaginar um pensamento mais terrível, do que o dono do estaleiro de K.R. Twersten possa, um dia, vir a ser um fraco, uma pessoa que hesite em mandar que se faça uma coisa, com vontade de ferro sempre que necessário, por causa de algum impulso compassivo.<sup>43</sup>

“Ferro” é uma outra palavra-chave desse período. Ser fraco ou até mostrar apenas uma fraqueza é, como se pode ver, algo muito terrível. A lembrança dos anos de fraqueza ainda assedia a classe média da época e, assim, em certa medida, exige que se exagere ao máximo a atitude oposta. Por toda a parte se encontram provas

disso em documentos da época. A Alemanha era fraca; agora é forte e devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para nos tornarmos ainda mais fortes, tanto militar quanto economicamente.

Também na guerra um indivíduo tinha de mostrar-se duro. Aos guerreiros não podia ser permitido que se identificassem muito com o inimigo pois, caso contrário, poderiam não o atacar ou matar e, portanto, seriam incapazes de o derrotar. No vocabulário da época, destacaram-se expressões que estigmatizavam a simpatia por outrem. Sentimentos humanos podiam ser simplesmente rejeitados como perniciosos, ao serem definidos como “sentimentalismo piegas”. Onde predominasse a “vontade de ferro”, eram encorajados o “brio” e o “comportamento decidido”, ao passo que a “sentimentalidade deslocada” era tida por inconveniente. Até a moralidade era suspeita. Os argumentos baseados na moralidade eram rejeitados com expressões do tipo “fazer sermão” e “pedantismo moral”. Em conformidade com a mudança de um Estado fraco para um Estado forte, o código humanista-moralista-civilizador foi correspondentemente convertido num contracódigo, com fortes tendências anti-humanistas, antimorais e anticivilizadoras.

### 3 O declínio do monopólio estatal da violência na República de Weimar

#### I

O decréscimo na relação de forças do antigo *establishment* guilhermino, após a derrota de 1918, não teve a mesma significação para os seus estratos nobres e burgueses. Os primeiros, cujas pretensões de poder e preeminência tinham sido legitimadas primordialmente através dos êxitos militares, e que, como a maioria dos estratos agrários, já tinham perdido boa parte do poder através da crescente industrialização, perderam sua posição privilegiada na estrutura do Estado com a derrota militar e a abdicação do Kaiser. Houve, porém, uma exceção, quando sua posição dominante nas forças armadas alemãs permaneceu, no começo, inalterada. A perda de seus privilégios, que tinha sido reforçada pela Câmara Alta da Dieta e por um triplo sistema de sufrágio, significou um ganho para a classe média alta. Os grupos mais elevados desta, que até então eram tidos na conta de uma elite de segunda categoria, viram-se transportados, de uma só vez, para a posição de estrato superior. O que as classes médias da França tinham realizado através de revoluções — libertação dos privilégios e da supremacia política da aristocracia — caiu espontaneamente nas mãos das classes médias alemãs depois da Primeira Guerra Mundial, com o levante dos trabalhadores e soldados e o desaparecimento do trono. Mas esse ganho foi contrabalançado por um simultâneo recrudescimento de poder conquistado pela classe trabalhadora organizada, através da desintegração do regime absoluto e da transição para uma autêntica República parlamentar, ou seja, dependente dos votos da maioria. Se a classe trabalhadora industrial estivesse unificada no plano organizacional, então o seu partido teria tido a possibilidade de ganhar uma posição a longo prazo de supremacia, sob a égide de uma constituição que concedia ao partido com maioria de votos o direito de governar o país. Mas como conseqüência não premeditada da Revolução Russa e da chegada ao poder do Partido Comunista na Rússia, a classe trabalhadora organizada na Europa dividiu-se em dois campos, que se hostilizavam acerbamente um ao outro: o campo daqueles que procuravam um modo de organizar a sociedade que servisse aos interesses dos trabalhadores sem recurso à violência; e aqueles que desejavam realizar isso pelo uso, em última instância, da violência, seguindo o exemplo russo.

Essa divisão da classe trabalhadora, e de seus simpatizantes na *intelligentsia* da classe média, num grupo nacionalista e num russófilo, teve importantes conseqüências. Uma delas é tão clara quanto a luz do dia: a unidade organizacional era para

a classe trabalhadora industrial uma determinante mais importante de sua estrutura de poder do que para os grupos da classe média. A cisão em dois campos antagônicos teve, portanto, como conseqüência não-planejada uma considerável redução no potencial de poder dos trabalhadores. Mas não foi essa a única.

Não preciso abordar aqui a questão sobre se o infeliz e opressivo regime czarista teria desmoronado após sua derrota na I Guerra Mundial, mesmo sem o uso de violência extra-estatal. Em todo o caso, o exemplo da violenta revolução na Rússia teve um impacto extraordinariamente duradouro e generalizado, como modelo e como pesadelo. O fato de que na Rússia o uso de violência extra-estatal tinha provado ser um meio eficaz de destituir um grupo dominante do controle dos monopólios estatais centralizados da força e da tributação, e de habilitar os líderes dos grupos violentos a assumir a direção desses monopólios, teve efeitos tão fortes e duradouros sobre as relações, entre o uso extra-estatal e estatal da força em outros países, que esse tipo de violência, sob o nome de revolução — conforme já foi assinalado, como modelo ou como pesadelo — tornou-se um dos modelos dominantes de ação do nosso século.

Muito mais até do que o século XIX tinha ficado à sombra da Revolução Francesa, o século XX ficou à sombra da Revolução Russa. Uma razão para essa diferença é que a crença nos ideais da Revolução Francesa não estava associada a uma crença na necessidade do uso de violência — revolução — para a realização desses ideais. Tampouco possuía qualquer base teórica firme num cânone de livros exornados de competente autoridade. O efeito extraordinariamente importante da Revolução Russa adquiriu o seu caráter específico, entretanto, precisamente porque, nesse caso, estava associado à crença na necessidade de violência e baseado numa teoria exposta em livros. Sem dúvida, o ponto de partida foi a estratificação de classes dos países industriais (e também dos predominantemente agrários) com sua distribuição do poder muitas vezes solidamente institucionalizada e desigual. Mas, acima de tudo isso, havia um pequeno número de livros de calibre intelectualmente elevado que serviram para padronizar e disseminar a crença. E neles, nas obras de Marx e Engels, a realização dos ideais de maior igualdade e humanidade estava intimamente ligada, mesmo teoricamente, ao uso de violência extra-estatal. Na Revolução Francesa, o uso de violência era, de uma forma geral, espontânea e não planejada. Depois da Revolução Russa, passou a ser uma parte integrante dos planos de grupos marginais mais fracos. Ademais, os líderes, que tinham chegado ao poder na Rússia através do uso de violência extra-estatal, e seus sucessores, que eram agora senhores de um poderoso império, apoiaram a propagação de seus ideais a grupos simpatizantes em outros países.

E isso é onde a peculiar dinâmica dialética do uso da violência entra em ação. Os movimentos russófilos fora da Rússia que, adotando esse modelo, procuraram realizar seus ideais, em última instância, através da violência extra-estatal e que contaram principalmente com setores da classe trabalhadora e grupos menores da *intelligentsia* da classe média contrapuseram-se a outros grupos que, por sua parte, planejaram rechaçar o perigo de violência apresentado pelos primeiros com a ajuda de sua própria violência extra-estatal. A fim de impedir a conquista violenta dos

monopólios estatais pelo outro lado, eles próprios se prepararam para conquistar esses monopólios.

Esse era o problema. Até o presente, houve relativamente pouco entendimento de como o uso de violência por um determinado grupo contra outro dá origem, com elevado grau de probabilidade, ao uso de violência pelo outro grupo contra o primeiro, assim que houver a mais leve chance de o fazer. Portanto, a violência do segundo grupo, em muitos casos, desencadeia um aumento de violência por parte do primeiro grupo. Se tal processo, um processo de duplo vínculo, é posto em movimento, fica extremamente difícil sustá-lo depois; é freqüente ganhar um impulso próprio. Adquire sobre as pessoas, sobre os grupos opostos que elas formam, um poder que, na maioria das vezes, é progressivo e se perpetua a si mesmo, convertendo-se numa armadilha que força os lados participantes, cada um com medo do outro, a combaterem-se mutuamente com violência.

Desde a Revolução Russa, muitos países do mundo, talvez todos os países, viram-se colhidos no círculo vicioso de tal mecanismo. O fato de que o uso da violência extra-estatal provou seu valor na luta contra a violência do Estado deflagrou violentos processos de duplo vínculo em todo o mundo. Um dos primeiros países em que essa propagação ficou evidente foi a Alemanha. Em comparação com a Rússia, o país tinha atingido um nível consideravelmente mais elevado de industrialização, urbanização, educação nacional e todos os outros aspectos importantes de um processo de modernização. Correspondentemente, a classe trabalhadora alemã estava muito mais organizada, e politicamente educada, do que a russa. Isso significou que nos círculos da classe média o medo era ainda maior de que, depois da Revolução Russa com sua violenta expropriação da propriedade privada e sua ligação muito próxima com a derrota militar do regime czarista, se seguisse também uma revolução na Alemanha, após a derrota do seu regime imperial, com uma mudança programática de poder e de relações de propriedade. O indubitável recrudescimento de poder que os trabalhadores alemães tinham conquistado, em parte no decorrer da própria guerra e em parte na esteira da derrota, reforçou esse medo.

## 2

A divisão das organizações de trabalhadores alemães, na esteira da Revolução Russa, num campo defensor da reforma não-violenta, e num outro campo defensor da revolução violenta, correspondeu a um desenvolvimento paralelo do lado da classe média. Também nesta havia grupos que fixaram seus objetivos em conformidade com a estrutura do existente monopólio estatal da força e organizaram seus negócios mútuos através das regras do jogo que esse monopólio salvaguardava, e outros, que defenderam o emprego da violência extra-estatal, especialmente na luta contra as organizações dos trabalhadores e contra o Estado que concedera legitimidade a essas organizações. Mas ao passo que as organizações de trabalhadores pró-violência (portanto, anti-Estado) e antiviolência (portanto, pró-Estado) brigavam furiosamente umas com as outras, entre as organizações análogas da classe

média havia um acordo tácito ou manifesto. Não só as associações de defesa, associações secretas e outros grupos violentos, mas também vastos setores da classe média que não estavam preparados pessoalmente para usar a violência em lutas internas estavam propensos a hostilizar a República. Em consequência disso, estes últimos não hesitaram em apoiar os primeiros de todas as formas possíveis. Depois de 1918, o alto valor atribuído à força física entre setores da classe média alemã, valor esse que já lhe tinha sido dado na era guilhermina, viu-se portanto reforçado; mas adquiria agora um novo caráter e tom.

Na Alemanha do Kaiser, o recurso à violência em conflitos internos, como no caso de uma greve, era um assunto do Estado e, por conseguinte, era usado, na maioria das vezes, sem muitas reflexões prévias; apresentava-se aos olhos de todos como um uso evidente e legítimo do monopólio estatal da violência. Mas assim como o emprego de violência física durante a Revolução Russa foi, em grande medida, uma forma consciente e deliberada do exercício da violência, teoricamente apoiada no alto valor atribuído por Marx à revolução, também agora, no campo da classe média, a ameaça e o uso da violência passaram a ser armas conscientemente manipulados na luta pelo poder entre organizações de classe. Os processos de duplo vínculo no decorrer dos quais a ameaça de violência por grupos comunistas provocou e reforçou ameaças similares por grupos "fascistas", e vice-versa, eram daí em diante, como já foi dito, aspectos parciais permanentes do desenvolvimento de muitos países na Europa e em outras regiões. O quanto era possível quebrar o monopólio estatal da força, em casos particulares, dependia da força e estabilidade do poder central do Estado, em especial da eficiência do próprio monopólio da força e da intimamente associada segurança e estabilidade do desenvolvimento econômico de uma sociedade-Estado.

Foi característico da situação da Alemanha, no final da guerra de 1914-18, que as novas autoridades governantes tivessem controle somente em medida muito limitada sobre as forças militares e policiais necessárias à manutenção do monopólio da violência física e, portanto, à paz interna. O Estado alemão no período de Weimar era, quanto a isso, um Estado rudimentar. E foi essa circunstância que deu aos movimentos e organizações violentos da classe média e da classe trabalhadora sua oportunidade de ação.

Por outras palavras, a capacidade do governo para empregar os órgãos executivos do monopólio da violência — as forças armadas e a polícia — em apoio de decisões parlamentares e governamentais era muito limitada. Em relação ao governo central republicano, o qual representou uma espécie de aliança entre a classe média moderada e a classe trabalhadora moderada, o exército, ainda liderado pela nobreza, possuía uma independência e um potencial próprio de poder que o seu predecessor na Alemanha do Kaiser não teve.<sup>50</sup> Como é igualmente o caso em muitos países em desenvolvimento do nosso próprio tempo — por exemplo, em algumas repúblicas latino-americanas — o alto comando militar na República de Weimar também obedecia aos seus próprios objetivos políticos. No jogo do poder desse período, ele representou um semi-independente ponto focal de poder. Em consequência disso, o governo nacional podia, no máximo, contar com as forças

policiais de determinadas províncias (*Länder*) para manter a paz e capturar e punir os autores de atos violentos. De um modo geral, a polícia prussiana estava à sua disposição para tais tarefas, mas a de outras províncias como a Baviera, não.

De considerável importância para a luta entre as organizações violentas da classe média e dos trabalhadores era também o fato de que, por um lado, os representantes social-democratas dos trabalhadores no governo, homens como Ebert, Scheidemann e Noske, queriam, resolutamente, reformar o ainda quase autocrático regime imperial para convertê-lo num regime parlamentar isento de privilégios de qualquer natureza; mas, por outro lado, renunciaram simultaneamente, com grande determinação e uma forte e surpreendente aversão emocional, ao uso da violência física para a realização dos interesses dos trabalhadores. Portanto, dificilmente se mostravam menos hostis que as organizações e associações da classe média em relação àquela parcela da classe trabalhadora que estava disposta a seguir o exemplo russo, com vistas a uma revolução violenta.

Essa foi uma das razões que levou a uma aliança — um casamento de conveniência — entre os representantes do povo e o alto comando do exército (e até com Freikorps em separado). A aliança contribuiu, em conjunto com a greve dos trabalhadores, para o fracasso da primeira tentativa da classe média de derrubar o governo: o *putsch* Kapp.<sup>51</sup> Ao mesmo tempo, entretanto, mostrou o elevado grau de dependência do governo de Weimar em relação ao exército semi-autônomo e, concomitantemente, a fragilidade essencial do regime. Em conjunto com o Partido Social-Democrata e os sindicatos de trabalhadores, o corpo de oficiais das forças armadas era um dos núcleos de organização que permanecera mais ou menos intato apesar da incipiente desintegração que se seguiu à derrota. Esses dois grupos, representados por Ebert e Groener, formaram uma espécie de aliança na desesperada situação e confusão depois de 1918. O que os uniu foi uma consciência muito realista do perigo que ameaçava o país de violentas tentativas de golpes de Estado de todas as cores, quer do lado dos círculos burgueses/militares, quer de grupos do proletariado comunista. Era previsível que todas as tentativas dessa natureza acarretariam em sua esteira a intervenção aliada.

### 3

Desde o começo, portanto, a estrutura do Estado da Primeira República alemã teve duas faces. Por um lado, a luta dos interesses de classe e dos ideais de classe foi levada a cabo na forma de uma luta partidária no cenário do Parlamento, luta relativamente não-violenta, de acordo com as regras parlamentares e sob a plena luz da opinião pública. Por outro lado, essa luta foi também travada pelas associações de defesa e sociedades secretas, usando a violência física numa penumbra conspiratória. Nessas sombrias e violentas batalhas, entretanto, o equilíbrio de forças era muito mais irregularmente distribuído do que nas lutas parlamentares entre os partidos. No contexto parlamentar, os representantes das organizações dos trabalhadores, interessados em obter reformas não-violentas, tinham agora acesso a oportunidades de poder através da ocupação de posições governamentais, poten-

cial ou real, e outras responsabilidades na condução do Estado, que antes lhes tinham sido vedadas. Na luta dos bandos violentos, por outro lado, as organizações de classe média levaram vantagem desde cedo, depois que os de orientação comunista foram dominados com relativa rapidez. Eles tentaram destruir o Estado republicano e a estrutura social de dentro para fora, abalando o monopólio estatal da violência e levando a intranquilidade às pessoas que lhe estavam associadas através da prática de atos de terror dos mais diversos tipos. Pretendiam assim levar o detestado sistema ao ponto de colapso. E no fim, ajudados pela crise econômica, conseguiram o que queriam, quando o poder do Estado legítimo foi encampado pelo homem que se distinguira na luta competitiva com outras organizações paramilitares, pelo uso particularmente duro e sistemático de meios ilegais e extra-estatais de violência.

Tenho a impressão de que ainda não foi concedido o significado historiográfico a essa insidiosa corrosão do Estado alemão através de atos de terror e do uso sistemático de violência que ela realmente merece. Isso obscureceu a percepção do significado paradigmático que essa ameaça e, em última instância, a quase paralisia do monopólio estatal da violência no período de Weimar tiveram para o entendimento de processos similares em outros países e da função dos monopólios estatais da violência nas sociedades humanas em geral. Tornou-se habitual examinar desenvolvimentos econômicos isolados, em grande parte, dos desenvolvimentos políticos. Estes, por sua vez, são geralmente entendidos em função do desenvolvimento de instituições legais. A dificuldade está em mostrar de forma convincente que o desenvolvimento da organização da violência, com seus surtos de integração e desintegração, não é menos estruturado, por exemplo, do que a organização da produção social de bens.

Devo negar-me a oportunidade de mostrar aqui em detalhe a direção e as transformações dessa luta extraparlamentar pelo poder que foi travada, entre 1918 e 1933, na penumbra de uma ilegalidade, que o Estado ou tolerou ou não podia mais impedir, e a qual estava também ligada às próprias lutas parlamentares pelo poder. Deve ser bastante estabelecer que uma linha contínua de desenvolvimento numa subcultura e em círculos de pessoas levou dos atos de terror das guerrilhas, nos primeiros anos da república, até às alterações acaloradas em reuniões públicas e arruaças do começo da década de 1930. As minhas próprias experiências desse período certamente contribuíram para apurar o meu entendimento da problemática do monopólio estatal da violência e de como está relacionada com mudanças coletivas de comportamento, seja numa direção mais civilizadora, seja numa mais barbarizante. É difícil, provavelmente, que o crescendo de atos extra-estatais de violência, que prepararam o caminho para a tomada do poder por Hitler, chegue aos ouvidos das gerações mais jovens do nosso tempo. Mas talvez uma breve referência a uma experiência pessoal de que me lembro possa ajudar.

Em 1931, eu participei de uma reunião na sede dos sindicatos de trabalhadores (*Gewerkschaftshaus*) de Frankfurt em torno de uma bolsa de estudos para um estudante. Durante uma pausa nas conversas, perguntei: "Que preparativos fizeram para defenderem-se, na *Gewerkschaftshaus*, no caso de um ataque armado?" Lem-

bro-me do silêncio que se seguiu à minha pergunta. Depois começou um debate algo tempestuoso que me deixou bem claro que pus a nu um pensamento que vinha, há algum tempo, assediando em silêncio a mente de muitos dos circunstantes. Mas não tinham tido confiança em si mesmos para expressar abertamente, em palavras, as possibilidades que a questão suscitava, porque isso implicava numa contradição demasiado grande com o teor da vida a que estavam acostumados, porque era terrível demais encarar o fato de que o seu modo habitual de vida estava chegando agora ao fim. Além disso, houve até uma ou duas vezes que declararam ser profundamente impossível a ocorrência de tal eventualidade. Era inabalável a convicção dos oradores de que uma espécie de providência histórica asseguraria sempre a vitória do que eles consideravam a "razão" sobre as forças das trevas.<sup>52</sup>

Surgiu depois a questão sobre o que se poderia fazer. Era óbvio que, nas batalhas, cada vez mais intensas, das violentas associações extra-estatais das esquerdas e das direitas, estas últimas estavam prestes a levar a melhor. Eu quis saber a razão disso. Ainda recorro com muita nitidez o quadro que se apresentou então e também em decorrência de novas perguntas. Aponta para algumas características estruturais da vitória de Hitler que poderiam ser facilmente menosprezadas.

Às associações de defesa republicanas, como a Associação de Ex-Combatentes "Negro-Vermelho-Ouro" (*Reichsbanner Schwarz-Rot-Gold*), de orientação social-democrata, faltavam três coisas que eram essenciais para a vitória, ou mesmo para simplesmente suportar essas violentas lutas extraparlamentares pelo poder entre aguerridas organizações com objetivos "proletários" ou "burgueses".

**a.** Tais organizações são dispendiosas. O dinheiro à disposição das associações de defesa dos trabalhadores organizados para a compra de armas, uniformes e outros equipamentos era mínimo em comparação com o dinheiro disponível para o outro lado. Somente em medida limitada podiam permitir-se oferecer a seus filiados postos integralmente remunerados, ou ressarcir-los pela perda de vencimentos ou pelos gastos com transportes. E estavam dependentes, de um modo geral, da participação voluntária de pessoas que, depois do trabalho ou em seus dias de folga, vestiam seus uniformes a fim de participar de exercícios, manifestações de rua, ou montar guarda nos recintos onde os oradores se apresentavam, e tomar parte nas brigas, freqüentemente muito perigosas, em que redundavam os comícios. As associações adversárias, sobretudo as tropas de assalto de Hitler, tinham uma percentagem muito mais elevada de mercenários em regime de tempo integral. Podiam permitir-se alistar gente desempregada, dar-lhe instrução militar e doutriná-la ideologicamente.

**b.** Além disso, as associações de combate da classe trabalhadora organizada sofriam de escassez de oficiais. A esmagadora maioria dos oficiais alemães estava do outro lado. A nítida divisão que tinha existido no império guilhermino entre oficiais e outras patentes afetou, assim, a eficiência dessas organizações de combate extra-estatais depois da guerra. Às associações de defesa "proletárias" faltou, muito simplesmente, uma liderança e organizadores militarmente educados.

**c.** Finalmente, não havia adesão a uma tradição militar em seus círculos, nenhuma predisposição para atividades bélicas, o que era quase uma rotina do outro lado.

Não admira, portanto, que as associações de trabalhadores nessas violentas lutas extraparlamentares pelo poder fossem freqüentemente derrotadas e que seus propagandistas, sobretudo em comícios eleitorais, passassem por maus bocados. Tampouco é de admirar que vastas seções da população, cansadas de violência e de comoções, dessem seus votos ao líder dos batalhões evidentemente mais fortes.

Assim, é muito mais do que uma metáfora literária quando, considerando em retrospecto o período de Weimar, fala-se de uma crescente "paralisia" do monopólio estatal da violência, ou de uma crescente "erosão" do Estado alemão de dentro para fora. A destruição do regime republicano-parlamentar era uma das metas políticas de amplas seções da classe média alemã desde os primeiros anos do pós-guerra imediato. A outra meta era o rearmamento militar como um passo no caminho da recuperação da posição da Alemanha como grande potência. Mas nos primeiros dias após a guerra, isso não passava de mero desejo. Para começar, tais metas eram irrealis porque, após a assinatura do tratado de paz, as associações de defesa extraparlamentares não podiam continuar agindo às claras. Logo no começo da década de 1920, as potências vitoriosas, os Aliados, mantiveram-se continuamente atentos a fim de impedir que o potencial militar da Alemanha excedesse os limites impostos pelo Tratado de Versalhes. Essa foi uma das principais razões por que os atos terroristas de violência desses anos, através dos quais seus autores já alimentavam a esperança de causar o desgaste e, se possível, provocar a queda da República parlamentar, adotaram uma forma diferente dos do final da década de 20 e começos da de 30.

Especialmente nessa fase inicial, tinham características muito mais conspiratórias do que na época da Grande Depressão e depois. No período ulterior, o medo por parte dos Aliados do militarismo alemão estava sendo lentamente deslocado para segundo plano pelo medo do militarismo russo. Um fortalecimento das forças anti-russas e anticomunistas na Alemanha nada tinha de desagradável para muitos estadistas ocidentais. Assim ocorreu que as associações paramilitares de defesa, de orientação burguesa, que já tinham procurado realizar seus objetivos de política externa/nacional e seus objetivos de política interna/social usando os mesmos meios violentos, emergiram gradualmente de sua penumbra de clandestinidade. Podiam agora expor-se em público de um modo relativamente aberto, através de ameaças e de atos de violência cuja autoria reivindicavam confiantes em sua impunidade, e contribuir para a criação daquelas mesmas circunstâncias caóticas que eles imputavam à República parlamentar, como um sinal de sua fraqueza e incompetência. As lutas nos níveis parlamentar e extraparlamentar que tinham acontecido paralelamente nos primeiros dias da República, agora afetavam-se mutuamente de um modo cada vez mais estreito e acabaram por fundir-se, quando o parlamento legalizou as organizações que apoiavam a violência extraparlamentar.

A crise econômica, de 1929 em diante, não afetou somente a Alemanha, por certo. Mas na Alemanha, nessa época, a crise econômica estava numa relação de

duplo vínculo com uma crise política que beirava a guerra civil. Ambos os aspectos da crise se reforçavam mutuamente. A crise econômica, agravada pela crise política, atiçou as chamas dos violentos choques políticos e vice-versa. No final, a República de Weimar soçobrou em consequência da fraqueza estrutural do seu monopólio da violência e da exploração deliberada dessa fraqueza por organizações da classe média que, por causa da ausência de uma tradição parlamentar, achavam que o regime parlamentar-republicano as discriminava e, por conseguinte, procuraram destruí-lo.

## 4 Lúcifer sobre as ruínas do mundo

### 1

Enquanto a organização de Hitler era uma associação de massa que se preparou para desgastar e destruir o regime multipartidário com a ajuda de arruaças e manifestações em grande escala, os Freikorps tinham procurado, anos antes, realizar os mesmos objetivos usando métodos de violência terroristas mais elitistas contra representantes destacados do regime... com o escasso êxito que lhes correspondeu. Foram forçados a aceitar a derrota também nesses ataques.

Em *Geächteten (Os proscritos)*, de Salomon, há uma descrição seletiva dos preparativos para o atentado contra Rathenau, e o desapontamento do autor com a reação insatisfatória ao ato, depois que foi perpetrado. Salomon relata como saiu em busca dos assassinos, seus amigos, a fim de ajudá-los. No trem, ao ouvir da morte violenta deles, seguiu viagem tomado de profundo desespero e, já meio febril, teve de suportar os comentários triviais dos demais passageiros a respeito do que acontecera. Eles contavam piadas uns aos outros sobre como o Erzberger, o algoz morto, quis convidar Rathenau, a vítima assassinada, para beberem juntos uma garrafa de vinho quando o último chegasse ao céu, mas que São Pedro dissera que o bar, àquela hora, ainda estava fechado.

Ficou, assim, claro para Salomon que as esperanças que eles tinham depositado no assassinato não se concretizaram, e que seus amigos tinham sacrificado suas vidas em vão. Nesse estado de ânimo, ele expressa algo que pode ser característico da estrutura dos objetivos terroristas e de suas expectativas em geral. O assassinato de uma personalidade proeminente deveria, em princípio, ter sido um sinal capaz de abalar a cidadania e de fazer tremer em seus alicerces a estrutura carcomida do regime vigente. Mas nada disso acontecera. O ato de terror não desencadeou nenhuma reação significativa. Houve certa excitação pública, sem dúvida. Uma parte da imprensa condenou com veemência o crime, outra censurou-o num tom mais moderado e mais contido. Mas a vida cívica normal continuou seu curso letárgico. Nada indicou que o assassinato do ministro das Relações Exteriores tivesse provocado o menor abalo no regime como tal.

O desespero de Salomon expressou-se numa extraordinária fantasia que, inventada ou não, esclarece de uma penada os sentimentos de pessoas em semelhante estado de profunda frustração:

Esse mundo rançoso, abominável, tinha de ser aniquilado. (...) Não mais havia pessoas — somente máscaras. Na verdade, já está aí, a uniformidade de tudo o que é refletido